

UNIVERSIDADE

# pública

SET\_OUT /2009  
ano 9. nº51

IMPRESSO Envolvimento autorizado, pode ser aberto pela E.C.T.

## Memórias de vida

A Guerrilha do Araguaia contada a partir da trajetória do estudante Bergson Gurjão, morto em combate na selva amazônica

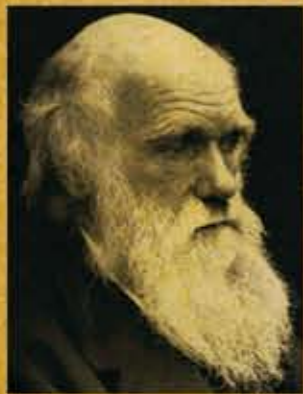
### Pobreza

Pesquisa faz balanço das políticas de combate à desigualdade social

### Infância

Estudos da UFC combatem desnutrição e diarreia infantis e o Iprede vira projeto de extensão

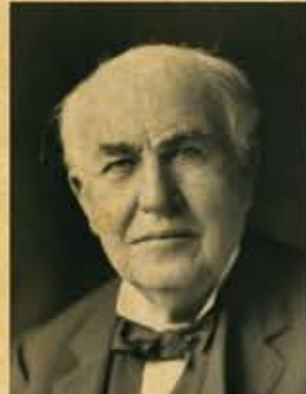




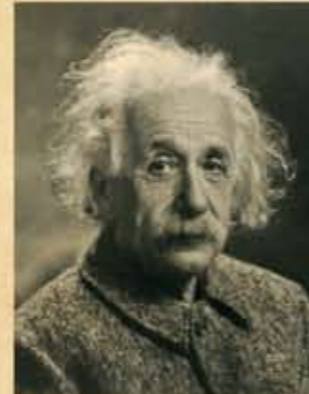
Charles Darwin  
*Naturalista*



Sigmund Freud  
*Médico*



Thomas Edison  
*Inventor*



Albert Einstein  
*Físico*



Santos Dumont  
*Aviador*



José de Alencar  
*Escritor*



Patativa do Assaré  
*Poeta*



Cristiane Farias  
*Professora*

Mestres são aqueles que nos mostram um novo jeito de olhar o mundo.  
15 de outubro, Dia do Professor.





## ASSISTA AOS JOGOS DO VÔLEI BRASILEIRO AO VIVO. OU, QUEM SABE, PELO SEU NOVO COMPUTADOR.

Quem tem BB Conta Universitária e cartão Ourocard concorre a 30 pacotes de viagem com acompanhante para a Liga Mundial de Vôlei no Brasil e para a etapa final do Circuito Banco do Brasil Vôlei de Praia. Quer mais? Ainda serão sorteados 90 notebooks.

**Banco do Brasil. Faz diferença ter um banco todo seu.**

Confira o regulamento no [bb.com.br/universitario](http://bb.com.br/universitario)

# BANCO DA ISA E DO BRUNO

Central de Atendimento BB – 4004 0001 ou 0800 729 0001 • SAC – 0800 729 0722  
Ouvidoria BB – 0800 729 5678 • Deficiente Auditivo e de Fala – 0800 729 0088

Todo  
seu



Revista de valorização e promoção da produção científica, tecnológica e cultural da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.

Reitor  
**Prof. Jesualdo Pereira Farias**  
Vice-Reitor  
**Henry Campos**

Reitoria  
Av. da Universidade, 2853  
60020-181 - Fortaleza - CE  
Fone: (85) 3366.7311  
Internet: [www.ufc.br](http://www.ufc.br)  
E-mail: [reitor@ufc.br](mailto:reitor@ufc.br)

Coord. de Comunicação Social e Marketing Institucional  
**Paulo Mamede**  
Fone: (85) 3366.7319

Assessor de Comunicação Institucional  
**Italo Gurgel**  
Fone/Fax: (85) 3366.7330 / 3366.7331  
E-mail: [ufcinforma@ufc.br](mailto:ufcinforma@ufc.br)

Revista Universidade Pública  
Av. da Universidade, 2910  
Benfica - Fortaleza - Ceará  
CEP: 60020-181  
Fone/Fax: (85) 3366.7319  
[revistaufc@gmail.com](mailto:revistaufc@gmail.com)

Editora  
**Ana Rita Fonteles**  
CE01169JP  
Reportagens  
**Ana Rita Fonteles**  
CE01169JP  
**Gustavo Colares**  
CE01861JP  
**Simone Faustino**  
CE02133JP  
**Cristiane Pimentel**  
CE01863JP  
**Hébely Rebouças**  
CE2180JP  
**Geórgia Cruz**  
CE2241JP  
**Deise Pequeno**  
CE2202JP

Fotos  
**Júnior Panela**  
CE00100RF  
**Diego Normandi**  
**Francisco Menezes**  
Estagiário de Fotografia  
**Chico Célio**

Projeto Gráfico  
**Diego Normandi**

Tiragem  
5.000 exemplares  
Periodicidade  
Bimestral  
CTP e impressão  
Expressão Gráfica



NOSSA CAPA

Montagem de  
**Diego Normandi**

## Mais que um rosto num cartaz

Trinta e sete anos. Esse foi o tempo que a família de Bergson Gurjão Farias esperou por seu retorno a Fortaleza. Não, ele não estava morando fora do País, nem havia perdido o contato com a família propositalmente. Ele é uma das cerca de 70 pessoas que foram perseguidas, torturadas e mortas na Guerrilha do Araguaia, movimento guerrilheiro deflagrado na região amazônica entre fins da década de 60 e a primeira metade da década de 70, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em julho do corrente ano, Gurjão, que era estudante de Química da UFC quando resolveu ingressar na guerrilha, teve seus restos mortais identificados após avançado exame de DNA. Além dele, apenas mais uma guerrilheira foi identificada, a paulista Maria Lúcia Petit. A identificação é resultado de luta e mobilização, principalmente, de parentes de mortos e desaparecidos e entidades de direitos humanos. A maior parte da história desse movimento e de sua eliminação ainda é marcada por mistério, silêncios, omissões por parte das Forças Armadas e do Estado brasileiro. Em seis de outubro, uma cerimônia de homenagem ao estudante foi realizada na UFC, por ocasião do traslado de sua urna funerária a Fortaleza.

Mas o que afinal mobilizou tantos jovens para a atuação em movimento em que arriscariam suas vidas, em plena selva amazônica, durante os anos mais intensos de repressão da ditadura militar brasileira pós-64? Quem era Bergson Gurjão, além de um rosto num cartaz de procurados? Como se deu a luta de sua família em busca de seu paradeiro? Essas e outras questões são respondidas por trabalhada reportagem de Cristiane Pimentel. Nossa entrevista com o Procurador da República, Ivan Marx, discute a ditadura militar e a Lei de Anistia, que completou 30 anos em agosto passado.

Outra reportagem especial discute o trabalho da UFC, nos campos da extensão e pesquisa, para o combate à desnutrição e diarreia em crianças, uma das principais causas de doenças e mortes infantis no Ceará e no Nordeste. Motivada por pesquisa divulgada, recentemente, pelo Laboratório de Estudos da Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Economia (CAEN), nova matéria discute a eficácia do combate à pobreza feita pelos programas governamentais nos últimos anos. A participação da UFC em área fundamental para a vida e o desenvolvimento – a política de recursos hídricos – também é avaliada em reportagem.

Por fim, a comunidade acadêmica poderá conhecer mais um pouco sobre a política de avaliação do ensino nas universidades públicas federais e sua faceta mais evidente, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que reúne em torno de si louvores e polêmicas.

Continuamos contando com suas críticas, sugestões e propostas de pauta. Até a próxima edição e boa leitura.

**Ana Rita Fonteles**  
EDITORA UP





## 18 CAPA

### MEMÓRIAS DE VIDA

A Guerrilha do Araguaia levou dezenas de jovens à região amazônica na década de 70. Um deles foi o cearense Bergson Gurjão. A identificação de seus restos mortais, este ano, reacende as memórias sobre a vida e a luta de quem combateu a ditadura militar no Brasil

## 7 ENTREVISTA IVAN MARX

O Procurador da República, de Uruguaiana (RS), pioneiro na instalação de processo penal contra crimes cometidos pela ditadura brasileira, fala sobre a revisão da Lei de Anistia no País



## 14

### COMBATE À POBREZA

As políticas de combate à desigualdade e à pobreza são avaliadas a partir de pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFC



## 28

### HORA DE AVALIAR

Mais um Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) se aproxima. A comunidade acadêmica avalia seu formato e eficácia



## 24

### SALVANDO VIDAS

O Iprede agora é projeto da UFC. Mas a pesquisa e extensão sobre desnutrição e diarreia infantis há muito são realizadas na Universidade



## 32

### O NORDESTE COMO MOTE

A produção cultural e o desenvolvimento do Nordeste são a temática do II Festival UFC de Cultura



## ENTREVISTA

por Ana Rita Fonteles

### Uma questão de justiça

Ivan Cláudio Marx nasceu no mesmo ano em que o Congresso Nacional votou, em disputa acirrada, a Lei de Anistia, após 25 anos de ditadura militar. O projeto do Governo do então Presidente João Baptista Figueiredo, votado em 28 de agosto de 1979, divergia profundamente daquele elaborado a partir da organização e luta de movimentos sociais e entidades de direitos humanos, entre outros setores, que previa anistia para todos os perseguidos pelo regime, além da punição dos torturadores e apuração sobre desaparecimentos e morte de opositores. Longe disso, a Lei brasileira perdoou parcialmente os opositores, deixando de fora aqueles considerados "terroristas", acusados de "crimes de sangue", além de anistiar os que torturaram e mataram em nome da "segurança nacional".

Hoje, aos 30 anos, o jovem apaixonado por História – influência da irmã mais velha – é Procurador da República, em Uruguaiana, município gaúcho na divisa com a Argentina. A proximidade com nosso país "hermano" em sua vida não ficaria marcada, no entanto, apenas pela geografia. Ano passado, Marx receberia em suas mãos a missão de representar junto ao Estado brasileiro uma investigação sobre a cooperação do Brasil em caso de desaparecimento de dois militantes de esquerda ítalo-argentinos. O caso lhe chegou às mãos depois que a Justiça italiana condenou brasileiros por envolvimento em mortes e tortura de pessoas com cidadania italiana. Provocado por representação do Ministério Público paulista, ele aceitou o desafio de abrir investigação criminal sobre um período de nossa história que muitos se esforçam para que esqueçamos.

O envolvimento com o caso transformou Marx num dos poucos representantes da Justiça no País a agir de fato contra a teoria de autoanistia para um Estado que perseguiu e matou. Ele defende a revisão da Lei da Anistia, afirmando que a interpretação de perdão aos torturadores é um erro para além de semântico, jurídico e político. "Não acredito em revanchismo, mas em efeito pedagógico, de se fazer uma investigação e dizer para a população que, a partir de agora, as coisas têm resposta. É uma questão de justiça".



**Universidade Pública - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de que se pronuncie para dizer se a tortura está abrigada na Lei da Anistia de 1979. O que significa essa ação nesse momento e o que se pode esperar do STF com sua atual configuração?**

Ivan Marx – A ação proposta pela OAB é conhecida por ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) visa especificamente que o STF declare se a anistia se aplica ou não para os torturadores. Ou seja, para os agentes de governo que praticaram crime, não seria só para tortura. No meu entendimento, a própria leitura da Lei da Anistia já indica claramente que não se aplica para esses crimes. Fala-se em crimes políticos e estes, obviamente, seriam os da esquerda contra o regime e crimes conexos aos crimes políticos. As espécies de conexão são claras no Código de Processo Penal Brasileiro e nenhuma delas poderia levar a crer que o crime cometido pelo agente de estado, uma tortura ou um homicídio, fosse conexo ao crime cometido pela esquerda tentando derrubar o regime. Não existe nenhuma leitura jurídica que me pareça plausível para levar a esse entendimento. O que se fez foi um entendimento mais de cunho político, na época, para deixar essa questão em branco. Basta ler para verificar que não se aplica aos torturadores.

**UP – Mas é uma interpretação hegemônica nos dias de hoje.**

IM – É uma omissão muito forte nos dias de hoje. Não se vai adiante, não se tenta punir. Já houve decisões, nas poucas tentativas de punição, dizendo: “Pare, isso aqui está anistiado”. Mas não houve uma discussão jurídica muito clara a respeito. Não acredito que isso volte a acontecer porque a Lei da Anistia realmente não se aplica e, além disso, se não fosse a questão semântica, teria ainda um outro argumento: o de que não são aceitáveis leis de

autoanistia. É o que ocorreu com o Peru durante o período de (Alberto) Fujimori (presidente do Peru entre 1990-2000). O sistema ditatorial disfarçado de democrático, como foi o do Fujimori, se autoimunizou. Isso aconteceu na primeira lei de anistia argentina e no outro dia já havia juíza considerando inconstitucional. As outras leis argentinas de Ponto Final e Obediência Devida são leis aplicadas durante o regime democrático. Demandaria uma outra discussão e, mesmo assim, houve um desfecho positivo de que elas seriam inválidas. A lei brasileira é uma lei de autoanistia. A anistia remonta ao período em que os soberanos se autointitulavam representantes de Deus na Terra. A anistia seria perdão. Quem pode perdoar é a vítima. Como o monarca era o representante de Deus na Terra, além da vítima, quem poderia perdoar seria Deus ou

**"O argumento de que no Brasil houve uma guerra é risível, porque houve um massacre. A disputa de forças, a ponderabilidade não existe. Eram uns gatos pingados contra todo um exército"**

o monarca. Só que essa interpretação hoje em dia não tem a mesma validade. Não teria como dizer que um Estado poderia se autoimunizar porque não existe autoperdão. O perdão é como se fosse um diálogo. É uma relação interpartes. Não pode o Estado cometer o crime, ferir o princípio básico de confiança do cidadão – o Estado deve protegê-lo. A partir daí, o Estado se autoimunizar contraria qualquer lógica.

**UP – Que argumentações ou acordos jurídicos dos quais o Brasil é signatário dão mais força a essa discussão em torno da revisão da Lei da Anistia?**

IM – A Corte Interamericana não aceita a anistia, não aceita argumento de prescrição, de coisa julgada. O conceito de crime contra a humanidade, conforme o Tribunal Penal Internacional e o Estatuto de Roma, de 2002 - ao qual o Brasil aderiu - é o crime cometido de forma sistemática pelo Estado ou por quem faça as vezes contra a sociedade civil. É crime cometido contra mim, contra você, em que somos vítimas imediatas. Mas a vítima real é toda a humanidade. Você é perseguido porque lhe é negado o conceito de ser humano. Temos o conceito claro da Guerrilha do Araguaia em que um grupo, por ser de oposição, foi caçado, perseguido. O argumento de que, no Brasil, houve uma guerra é risível, porque houve um massacre. A disputa de forças, a ponderabilidade não existe. Eram uns gatos pingados contra todo um exército. Foram três operações em que, a partir da segunda, salvo engano, a ordem era simplesmente de eliminação. O que ocorreu foram desaparecimentos forçados, que não existe tipificação no Brasil. Se o Ministério Público resolvesse processar por esses crimes teria de lançar mão do crime de sequestro em que a pena é baixa. Processaria por sequestro, mas utilizaria o conceito de imprescritibilidade e de não anistiabilidade de crime contra a humanidade. Esse é o entendimento da Corte Suprema Argentina, tanto pelo desaparecimento forçado, processado como seqüestro, quanto o crime de tortura que, por não haver tipificação na época, tanto no Brasil como na Argentina, é processado como lesões corporais. Processa-se pelo tipo que existia, mas com as características e decorrências de um crime contra a humanidade o que já, na época, pelo Direito Internacional, era aplicado.

**UP – Recentemente, tivemos setores do Governo Federal se manifestando**

**favoráveis à revisão da Lei da Anistia numa discussão que causou muito mais burburinho que mobilização social efetiva. Seria possível estabelecer paralelo entre o Brasil e esses países onde a revisão das leis foi ou está sendo feita? Parece que, no Brasil, as coisas andam muito lentamente.**

IM – A Argentina é o parâmetro na América Latina, como em nível mundial seria a África do Sul. Na África do Sul tivemos o Apartheid. Buscou-se, a princípio, criar comissões de verdade em que o criminoso aceitava o cometimento dos crimes, esclarecia o esquema criminoso e poderia receber, então, o indulto. O que ocorreu na democratização da África do Sul foi ótimo, só que depois de terminado o trabalho da Comissão de Verdade, a sociedade começou a pedir punição. Na Argentina, inicialmente, a ideia do Presidente (Raul) Alfonsín era de que deveria haver punição, mas, até por entendimento prático, ele acreditava que devia ser punida só a cúpula. Seguindo a teoria da autoria mediada por aparatos repressivos se puniriam só os cabeças do esquema. Isso foi levado a efeito, mas a pressão foi tão grande que, após um julgamento histórico, em que foram condenados gerais, ele foi obrigado a editar as leis de Ponto Final que estipulavam prazo de 60 dias para iniciar qualquer ação. Não funcionou porque o Judiciário e o Ministério Público agiram muito rápido e conseguiram iniciar várias ações nesse período. E depois, a Lei de Obediência Devida, que fechava o raciocínio de que os executores diretos não responderiam, já que teriam atuado em obediência devida, o que é muito discutido em Direito Internacional Penal. Mas teria restado esse resquício de punição para os mandantes, o que acabou quando assumiu o Governo (Carlos) Menem indultou os únicos que haviam sido punidos. Acabou virando nada. Essa iniciativa histórica recomeçou, a partir de 2002, quando reiniciaram os julgamentos. A Suprema Corte Argentina, em sua atual composição, entende que esses cri-



mes são contra a humanidade e, portanto, imprescritíveis e inaniáveis e, salvo algumas exceções, também a própria coisa julgada não é desculpa. O Peru, atualmente, conseguiu julgar o Fujimori, numa sentença em 7 de abril deste ano, com mais de 780 páginas. Fujimori fugiu. Ele conseguiu ir até o Japão, que negou a extradição, mas teve a infeliz ideia de visitar o Chile, onde foi preso e extraditado. E aí vem a situação brasileira. O Brasil nunca fez nada a respeito do assunto, mas em dezembro de 2007 um promotor italiano, após uma investigação prévia na América Latina, solicitou a prisão de 114 perpetradores por terem cometido crimes, durante ditaduras, contra cidadãos que possuíam também a cidadania italiana. Havia alguns cidadãos italianos no Brasil. Existe um pedido de prisão que envolveria inclusive o (ex-presidente João Baptista) Figueiredo, já falecido. Creio que sete pessoas ainda estão vivas. Essas pessoas estão com pedido de prisão preventiva na

Itália e o processo corre no STJ para que eles sejam citados. O Brasil não vai extraditar nacionais por conta de sua Constituição. O mínimo que a Itália vai exigir é: faça você. Em função disso, procuradores de São Paulo fizeram uma representação, num trabalho louvável, em que condensaram essas informações da promotoria italiana e encaminharam para procuradores que teriam atribuição penal no Brasil. Foram encaminhadas duas representações para São Paulo, uma para o Rio de Janeiro e uma para Uruguaiana (RS), onde eu me insiro. Os meus colegas de São Paulo entenderam que o crime estava prescrito, houve a concordância judicial e não há mais nada a fazer a respeito. Quanto ao Rio de Janeiro, até hoje não houve nenhuma manifestação. Essa representação é de junho do ano passado. Eu recebi, concordei e requisitei a instalação de inquérito policial. No meu caso se trata de um cidadão ítalo-argentino, Lorenzo Ismael Viñas, que participava do gru-





po Montoneros, que era a esquerda argentina. Ele tentava fugir para a Itália, já que tinha cidadania italiana. Em junho de 1980, tomou ônibus de Buenos Aires ou Santa Fé, há uma certa dúvida, rumo ao Rio de Janeiro, passando por Uruguiana. Apontadores em Passo de los Libres, na divisa, o teriam identificado e ele teria sido sequestrado em Uruguiana com auxílio de agentes brasileiros. Existem versões de que teria ficado três dias no Brasil antes de ser devolvido. Ficou na estância La Polaca, um lugar de tortura, e depois disso foi levado a Buenos Aires, onde, mais uma vez torturado, foi morto, provavelmente jogado no Rio da Prata. E se algum efeito existe do paralelo com o Fujimori, pelo menos uma sanção o povo brasileiro pode saber que já existe. Todos aqueles torturadores brasileiros que têm seu pedido de prisão preventiva decretado pelo promotor italiano sabem que não podem deixar o País. Se eles visitarem a Argentina, o Uruguai, correm risco de serem presos e deportados, porque o Brasil não interdita nacional, mas se eles forem visitar um país que tenha acordo...

**UP – Como foi a recepção à instalação desse inquérito? Imagino que você tenha encontrado muitas dificuldades.**

IM – Falo isso abertamente. A divulgação desse meu caso se deve à *Folha de São Paulo*, ao *Correio Braziliense* e, atualmente, aos meios de imprensa do Ceará, porque o Rio Grande do Sul não divulga. Não estou aqui para julgar nem para identificar o porquê, mas o Rio Grande não discute essa situação. E é por isso que me desloco de Uruguiana até aqui. Faço questão de ir a qualquer lugar onde as pessoas estejam dispostas a discutir. Além da extradição recente que houve de um torturador uruguaio, há dois parâmetros que vão fazer isso acontecer no Brasil. Primeiro, a Guerrilha do Araguaia. O grupo Tortura Nunca Mais e várias instituições levaram a situação à Comissão Interamericana.

**"Como é que você redemocratiza um país se as mesmas pessoas estão no poder?"**

E os familiares ingressaram com ação em São Paulo, em 1982, pedindo que se localizassem os corpos e se dessem demais trâmites cíveis. Essa ação de 1982 foi julgada em 2003 e, até hoje, não tem uma solução definitiva. A Comissão Interamericana encaminhou o caso à Corte, agora em março, solicitando que o Brasil desconsidere sua Lei de Anistia, envie esforços para investigar e punir os responsáveis pelos crimes acontecidos na Guerrilha do Araguaia, que implemente o ensino de direitos humanos nas Forças Armadas, que acabe com os se-

gredos dos arquivos. A Corte ainda não julgou esse caso. A única situação que julgou foi uma discussão a respeito da força tarefa criada pelo Ministro da Defesa para localizar os corpos. Participei de seminário sobre a luta da anistia, em São Paulo. Os procuradores e todos os participantes fizeram uma manifestação para afirmar que essa força de trabalho do Ministério da Defesa estaria usurpando as funções da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Os demandantes pediram à Corte que ordenasse ao Brasil que devolvesse à Comissão de Mortos e Desaparecidos essa função. O Brasil oficiado mudou a composição da força de trabalho, colocando mais órgãos civis, diminuindo o papel do Exército. Essa mudança de composição tem atuação da Corte. Toda vez que a sociedade civil se organiza, tem resultado.

**UP – Na Argentina, antes mesmo das revisões das leis de anistia, a sociedade civil se manifestava. Pessoas reconhecidamente participantes de torturas e desapareci-**

**mentos que ocupam ou estão cotadas para cargos públicos são denunciadas. No Brasil é comum encontrar essas pessoas ocupando cargos públicos importantes e a reação é ainda muito fraca. Há condescendência ou é pura falta de informação das pessoas?**

IM – Na justiça de transição, após a volta à democracia, normalmente se citam quatro passos. Primeiro, o direito à verdade, criação de comissões de verdade e reconciliação como na África do Sul. O Brasil não as teve. Direito à Justiça, que é investigação e punição, o Brasil não teve. Direito à reparação. Esse é o único que o Brasil levou a efeito, como tem levado a efeito a Comissão de Mortos e Desaparecidos, com indenizações. E um último e mais importante, que é a depuração das instituições democráticas. A partir do momento em que você tem o direito à verdade, o direito à reparação, à jus-

tiça, você identifica quem participou de atos atroz e depura as instituições. As pessoas que participaram desses crimes não poderiam ainda hoje estar comandando-as. Como é que você redemocratiza um país se as mesmas pessoas estão no poder? Sobre a atuação da sociedade civil, tenho uma teoria de que tudo demanda um tempo. Na África do Sul, de imediato, não havia nem como cogitar em punição. Na saída do Apartheid, era muita coisa conseguir comissões de verdade, descobrir o que aconteceu. Aos poucos, depois de desenvolvido todo o trabalho, divulgado seu resultado, a população disse: não basta. Imediatamente após se depor um regime ditatorial, a ação demanda medo. No Uruguai, houve plebiscito em que a população acabou concordando com a anistia. Mas concordou porque achava que estava resolvido ou porque achava que os militares podem tomar o poder de novo? Hoje, eles estão revendo, colhendo assinaturas para discutir se não têm de fazer novo plebiscito. No Brasil, talvez agora, 20 anos depois da nova Constituição, a sociedade se veja suficientemente confiante para dizer o que pensa sem medo de represália. No mês passado, houve anistiado político que voltou da Europa, porque os amigos ligavam dizendo que ele podia voltar e ele não acreditava. Demorou 30 anos para acreditar.

**UP – Os militares acusam essa possível revisão de “revanchista”. Essa argumentação se sustenta de alguma forma?**

IM – O argumento de revanchismo é uma cortina de fumaça. Ou seja, é o mesmo argumento de “vamos esquecer”, “deixa assim”. Mas é muito simples. É como você pensar a situação do furto. O cidadão furta, eu descubro, ele devolve e está ok? Não é questão de revanchismo. Eu, pessoalmente, não tenho idade para ter sido torturado, não participei do regime, mas não me parece justo o que aconteceu, que o sistema brasileiro não tenha sido depurado até hoje. As instituições democráticas não são tão democráticas assim. As mesmas pessoas continuam no poder. Não todas, mas algumas ainda permanecem. Não houve investigação, não houve punição. Não acredito em revanchismo, mas em efeito pedagógico, de se fazer uma investigação e dizer para a população que a partir de agora as coisas têm resposta. É uma questão de justiça. ☹



# Robôs para a indústria

Centro de Referência em Automação e Robótica (Centauro) é inaugurado no Campus do Pici

Uma breve busca pelo Google com a palavra robótica e milhares de páginas nos mostram informações sobre tecnologias as mais diversas, robôs, desde os mais simples aos mais sofisticados, páginas sobre automação e até algumas que tratam do desenvolvimento de inteligência artificial. Com a vida cotidiana cada vez mais mediada por máquinas e sistemas, nada mais natural do que a ocorrência de tantas fontes de informação a respeito. Mas você sabe o que é robótica?

Robótica é a ciência que automatiza tarefas que podem ser realizadas pelo homem, ou seja, ela estuda e utiliza robôs para imitarem ações humanas. Desde atividades na área médica até execuções de projetos na indústria, os robôs fazem parte de uma verdadeira revolução tecnológica. Para estudar e desenvolver desde os componentes mecânicos até os softwares de inteligência artificial, vários centros de excelência em Ciência e Tecnologia estão sendo criados.

Numa parceria entre a Fundação Núcleo de Tecnologia do Estado do Ceará (Nutec) e a Universidade Federal do Ceará, através do Departamento de Engenharia de Teleinformática, foi criado o Centro de Referência em Automação e Robótica (Centauro), no Campus do Pici. O Centro, inaugurado em junho, conta com o apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará (Secitece).

Tereza Mota, Secretária Adjunta da Secitece, ressalta a importância da criação de um centro do porte do Centauro. "Vejo aqui representados todos os setores da inovação. Isso é fundamental para que a gente possa fortalecer nosso sistema de inovação. Automação e Robótica são de fundamental importância para a realização dos projetos de excelência. O Centro de Automação e Robótica em parceria com a UFC, que tem doutorados na área, é de fundamental importância", resume.

A criação do Centauro nasceu da necessidade da incorporação de novas tecnologias e mão-de-obra especializada, principalmente em automação, decorrente da instalação, no Ceará, de programas

industriais de grande porte, como a Usina Siderúrgica, Central Termelétrica Endesa Fortaleza, Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Unidade de Produção de Biodiesel da Petrobras e Unidade da Brasil Ecodiesel, como observa o Prof. José Tarcísio Costa, do Departamento de Engenharia de Teleinformática e um dos coordenadores do Centauro.

"Iniciativas como essa são extremamente importantes, pois a UFC está sendo um parceiro do Estado do Ceará. Hoje a Universidade não pode viver separada da indústria, e essa iniciativa está de parabéns por fazer essa relação entre Universidade, Estado e Setor Produtivo", avaliou o Prof. Gil de Aquino, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC.

O Centauro, localizado no Nutec, é composto pelos laboratórios de Automação e Controle (Lacontrol); Laboratório de Robótica (Labor) e Núcleo de Compatibilidade Eletromagnética, Microondas e Antenas (Nucema), equipados para realização de pesquisa, desenvolvimento e treinamento relacionados às diversas áreas de produção industrial, além de também realizar ensaios e análises, inspeções, laudos e pareceres técnicos.

Resultante de convênio entre UFC e a Rockwell Automation do Brasil, o Lacontrol dispõe de equipamentos para automação e controle semafórico, esteira transportadora, partida de motores, estações de bombeamento e reatores químicos, dentro dos padrões de modernidade, produtividade e competitividade. Há uma contrapartida de incentivos e equipamentos.

Segundo Ricardo Mendes, Diretor de Inovação Tecnológica do Nutec e um dos coordenadores do Centauro, a parceria da UFC com o Nutec e com a Rockwell está possibilitando o trabalho com tecnologia de ponta. Tal parceria surgiu



Conhecimentos produzidos pelos laboratórios do Centauro procuram atender a demandas reais de produção

da necessidade de automatizar a usina de biodiesel e "percebeu-se que era possível utilizar a tecnologia desenvolvida para esse fim em outras coisas".

Além disso, alunos de mestrado e doutorado poderão se utilizar dos laboratórios para realização de suas pesquisas e aplicação junto à indústria. "Hoje se tem a compreensão de que, se o País não transferir a tecnologia de conhecimento desenvolvida dentro das universidades para a indústria, esse conhecimento vai ficar acumulado. E a função do Nutec é essa, fazer a mediação entre a Universidade e a indústria", completa Mendes.

O Labor e o Nucema resultam de parceria com o Governo do Estado. O Labor dispõe de conjunto de robôs móveis e versáteis para quase todas as aplicações indoor, dentre eles o simpático robzinho Hermes, que teve seu nome escolhido

num concurso. Pode também prestar serviços de emissão de laudos técnicos. Já o Nucema está apto a fazer análise de pré-conformidade eletromagnética, projetos de antenas e de radiofrequência, teste de sensibilidade a interferência eletromagnética, e oferecer serviços de consultoria e assessoria especializada e curso de extensão.

"O Nucema é o único laboratório na região Nordeste na área de metrologia. Os dois laboratórios são da ordem de US\$ 2 milhões. Não há laboratório similar ao Labor, que trabalhe com robótica móvel. Nele podem ser construídas desde a parte mecânica à inteligência artificial. A implantação desses laboratórios é um momento histórico e pioneiro", enfatiza Tarcísio Costa. ☺



# Os caminhos do combate à pobreza

Em pesquisa recentemente publicada, Laboratório da UFC lança dados para a discussão sobre a eficácia das políticas públicas na diminuição da pobreza

por Simone Faustino

Maria Lenilce Rodrigues dos Santos é o nome da identidade, mas ela é conhecida como “Dona Preta” pelos moradores da comunidade de Emboaca, no município de Trairi, a 125 km de Fortaleza. Aos 53 anos, o que ela tem em comum com mais de 11 milhões de famílias no Brasil é o benefício de R\$ 122 que recebe do programa Bolsa Família, implantado em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A iniciativa está entre as que mais diminuíram a pobreza no Brasil nos últimos anos, junto a outras políticas de redução da desigualdade social.

A influência de duas situações-chave sobre a taxa de pobreza foi foco de estudo lançado pelo Laboratório de Estudos da Pobreza, do Curso de Pós-Graduação em Economia (LEP-CAEN), da UFC. A pesquisa, intitulada “O que mais impacta a redução da pobreza: é o aumento da renda ou a redução da desigualdade? Evidências para os estados brasileiros e os setores da atividade”, integra a coleção Ensaaios sobre a Pobreza e contrapõe o impacto do aumento da renda e de políticas de redução da desigualdade social sobre o índice de pobreza nas regiões brasileiras.

“A gente sabe que ambas têm efeito na redução da pobreza. Mas o discurso que está em prática é de que se o Produto Interno Bruto de um Estado crescer, haverá um resgate de muitas pessoas da condição da pobreza”, explica o Prof. Flávio

Ataliba Barreto, coordenador executivo do LEP e um dos autores do trabalho. Segundo ele, o ensaio revela que, se houver um incremento de 10% na renda, a pobreza cai em 7%. Mas se a desigualdade for reduzida em 10%, a pobreza cai por volta de 13%. Então, é possível entender que a eficácia é maior nas políticas que visam reduzir a desigualdade do que nas que apenas aumentam divisas.

O trabalho científico durou quatro meses e teve como base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 1995 a 2007. A análise informa que um governo que vise ao bem-estar social não deve perseguir apenas o crescimento econômico.

Obviamente, a implantação de grandes projetos que dinamizem a economia e aumentem a renda do Estado ou do País de forma global gera reflexos positivos. Contudo, esse crescimento é concentrado na camada mais rica da população e a parcela que chega aos pobres e miseráveis é baixíssima. “Para atingir as pessoas mais pobres e incluí-las, é preciso promover a redução da desigualdade com políticas efetivas. Tem as mais imediatas, como os programas assistenciais e de transferência de renda (Bolsa Família). Outra de efeito imediato, e que é diretamente relacionada ao mercado de trabalho, é o aumento do salário mínimo”, aponta o Prof. Ataliba.

Com a conclusão do trabalho, ficou claro para a equipe do Laboratório que o efeito seria mais inclusivo caso se respeitasse as particularidades locais na elaboração de ações governamentais. Na região Sudeste, 80% da queda da pobreza se dá por conta dos ganhos no salário mínimo. Já no Nordeste, 75% da diminuição é causa das políticas de transferência de renda. “Quando separamos os dados por estado, temos a certeza de que os resultados seriam melhores se as políticas fossem regionalizadas”, salienta Guilherme Irffi, doutorando em Economia pelo CAEN e membro do LEP.

Já está em fase de finalização uma segunda pesquisa, desta vez, com um universo mais extenso. O intervalo de tempo analisado compreende de 1981 a 2007, mas os dados estudados serão referentes, apenas, à região Nordeste, especificamente à variação da taxa de pobreza. “No segundo trabalho, mostramos, por exemplo, que o estado da Bahia cresceu bastante em comparação aos demais no tocante à renda (sendo considerado “relativamente rico”), mas seus indicadores sociais ainda são baixos”, adianta o doutorando em Economia Francisco Tabosa, um dos autores do novo trabalho. Uma das conclusões já é certa: o poder do acréscimo de renda sobre a diminuição da taxa de pobreza é de 2,5%, enquanto o da redução de desigualdade, 23%.

## Renda imediata

A pobreza no Brasil é um problema secular e estrutural. Dezenas de ações implementadas por sucessivas gestões públicas não obtiveram sucesso junto à parcela miserável da população. “A maioria atendia aos carentes em uma perspectiva puramente clientelista. Elas aliviavam a pobreza por algum tempo, mas não geravam condições para que as pessoas saíssem dela”, assinala a Prof<sup>a</sup> Elza Franco Braga, do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. “Claro que, para reverter o quadro de pobreza, muitas vezes é preciso dar comida, fornecer renda imediata à pessoa, como é o caso do Programa Bolsa-Família”, acrescenta.

O programa funciona através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), plataforma de coleta de dados que reúne as informações das famílias em situação de pobreza. Flaviano Freitas é, há cinco anos, coordenador do CadÚnico no município de Trairi, que tem cerca de cinco mil famílias cadastradas. Quando ele começou, a complicação era maior: os vários benefícios eram repassados através de diferentes cartões.

“Aqui em Trairi, o perfil padrão das famílias é extremamente pobre: possuem renda per capita de até 140 reais, muitos filhos para criar e, normalmente, a única fonte de renda é a agricultura ou a pesca”, enumera Flaviano. Como é esperado do programa, existe uma articulação com outras secretarias. O Programa de Saúde da Família é responsável



O Prof. Ataliba Barreto (LEP) afirma que a diminuição da desigualdade reduz mais a pobreza. Flaviano Freitas (CadÚnico), à direita, de Trairi, diz que é preciso estabelecer contrapartidas para beneficiados por programas sociais



por garantir uma das contrapartidas. Para assegurar o benefício, é preciso vacinar e pesar crianças, fazer pré-natal das gestantes e acompanhar a saúde ginecológica de mulheres em idade reprodutiva.

Sabe a Dona Preta, a do início da reportagem? Ela descumpriu uma das obrigações do programa (os filhos faltaram à escola sem justificar a ausência) e não recebe o benefício desde o mês de junho. Os R\$ 122 têm feito falta no orçamento. O marido, Sebastião dos Santos, trabalha na praia como “rolador”, pessoa que empurra até o mar os barcos que vão sair para a pesca. Dos 10 filhos que teve, os que trabalham já saíram de casa, enquanto os que moram com o casal estão todos em idade escolar.

“Há alguns anos, teve um incêndio na minha casa, que queimou meus documentos e tudo que eu tinha. Aos poucos, fui recuperando e entrei no Cadastro Único. Depois que passei a receber o Bolsa Família, a vida foi

melhorando”, relembra a dona-de-casa, esperançosa de que, nas próximas eleições, o futuro Presidente continue com a política. Na rua dela, uma vila, a poucos metros do mar na localidade de Emboaca, todos votaram no Presidente Lula. Outro ponto em comum é que os moradores do local ganharam as casas de programa de mutirão do município. “Todo mundo daqui veio de casa de taipa e palha, vivia na beira da praia. E recebe o Bolsa Família!”, completa.

O otimismo de Dona Preta e seus vizinhos é visto como normal pelo coordenador do CadÚnico no município. Flaviano avalia que muitas famílias beneficiadas preferem acreditar que não haverá um “pós-Lula”. “Mas eu vejo isso como um projeto encabeçado pela esquerda e que, devido à sua abrangência, não vai deixar de existir nas próximas gestões”, revela.

Avaliação diferente tem Rocha Assunção, coordenador de formação



profissionalizante da ONG Grupo de Apoio às Comunidades Carentes (GACC). A ONG trabalha desde 1985 com pessoas de baixa renda, oferecendo alternativas sustentáveis para que possam sair da pobreza. “Não trabalhamos com metodologia assistencialista, porque tudo que é dado não é muito valorizado por quem recebe. Diz o velho ditado que melhor que dar o peixe é ensinar a pescar. Poucas ferramentas realmente reduzem a pobreza e a desigualdade social”, afirma.

A organização oferta cursos profissionalizantes a comunidades carentes em Fortaleza (nos bairros Antônio Bezerra e Jardim União) e nos municípios de Granja e Parambu. Depois, promove um “balcão de empregos” para encaixá-las em vagas disponíveis no mercado de trabalho. “O GACC acredita em um compromisso que vai além do assistencialismo. Somos contra o dar por dar e o receber por receber. Claro que tudo que ajuda quem precisa é bem-vindo. Só achamos que a forma como essas políticas são implementadas deixa a desejar”, acrescenta o coordenador.

Em Parambu, a 390 km de Fortaleza, o GACC acompanhou histórias de vida difíceis, mas cujas lembranças ruins ficaram em um passado distante. Um dos jovens capacitados sofria de um problema de coluna que não lhe permitia executar trabalhos pesados. “Ele fez curso de cabeleireiro conosco e com um recurso de 500 reais que fornecemos, montou o próprio salão. Hoje, ele tem até carro e emprega vários familiares. Ficamos orgulhosos de ajudar as pessoas a elevarem a autoestima e criarem perspectivas de vida”, finaliza Rocha.

A Prof<sup>a</sup> da UFC, Elza Braga, que pesquisa políticas de redução da pobreza e segurança alimentar, es-

clarece que as políticas, para serem eficazes, precisam de um arranjo intersetorial. A educação precisa dialogar com a saúde, a economia solidária, o emprego. “O Bolsa Família sozinho, por mais importante que seja, não leva à inclusão social. Além dele, nós temos as chamadas políticas estruturantes. Eu enumeraria como importantes o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é de crédito, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que aproxima o consumidor do produtor rural”, resume a professora.

#### Ajuda para crescer

Uma grande parcela da população brasileira trabalha, mas não ocupa lugar nas estatísticas de empregos no País. São homens e mulheres que sobrevivem de atividades informais, sem carteira assinada, direitos trabalhistas ou renda fixa. Existe uma política paralela à transferência de renda direcionada principalmente para esse público: a concessão de microcrédito. A prática consiste em empréstimos e financiamentos de pequeno valor a microempreendedores de diversos setores econômicos.

O Banco do Nordeste do Brasil criou, em 1998, o Crediamigo - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado. A falta de burocracia e o acesso a dinheiro, serviços financeiros e orientação empresarial têm atraído muita gente que está querendo consolidar um negócio próprio informal. Desde a criação, foram 1.124.526 clientes beneficiados e R\$ 5,5 bilhões investidos. E ainda há um detalhe curioso: cerca de 50% são também beneficiários do Bolsa Família.

Segundo Marcelo Azevedo, Ge-

rente do Ambiente de Microfinanças do BNB, o microcrédito é uma ferramenta importante para alavancar a renda dos trabalhadores informais. “Como os indicadores de pobreza são medidos levando em consideração a renda familiar, o efeito de fuga da pobreza pode ser claramente observado. Estudos da FGV e Caen-UFC publicados em 2008, com base em dados do Crediamigo, mostraram que, em cinco anos, a probabilidade de um beneficiário do microcrédito do BNB sair da linha da pobreza é de até 50%”, ressalta.

Dona Nair Virgínia, 68, sempre trabalhou com vendas. Ajudava na renda familiar comercializando



Dona Nair Virgínia: de autônoma a microempresária com a ajuda do microcrédito

cosméticos, perfumes e joias, atividade que se tornou a fonte de sustento da família quando o marido ficou desempregado, alguns anos atrás. Em 1998, ficou conhecendo o Crediamigo do Banco do Nordeste, através de uma amiga. Foi só saber um pouco mais sobre o programa para iniciar a carreira de microempresária. “Meu empréstimo inicial foi de R\$ 150. A primeira coisa que fiz foi comprar mercadoria, para formar o meu estoque. E não tirava o lucro para mim, só investia dentro do meu negócio”, relembra.

Segundo Ednardo Lima, assessor-coordenador da Unidade Fortaleza do Crediamigo, 60% dos negócios que são abertos fecham no primeiro ano. No programa do BNB, o assessor vai à casa

do cliente, mas nem todos os casos são de sucesso. Uma colega do grupo de Nair começou a usar os empréstimos para benefício pessoal: comprou carro, eletrodomésticos e arrumou os dentes do marido. Além de falir, deixou uma dívida que foi coberta pelos demais companheiros do grupo.

A consultora de beleza, como se define Nair, formou duas filhas trabalhando no ramo. E conquistou muitas outras coisas, além da autonomia financeira. “Assim compramos nossa casa própria, pois antes morávamos de aluguel, em uma casa pequena no Jardim América”, afirma. E alerta: “O recurso é acessível, mas o difícil é administrar e entender que o dinheiro não é seu, e sim do negócio”.

Coincidência ou não, o panfleto pelo qual

Dona Nair e a amiga descobriram o Crediamigo foi entregue por Marcelo, hoje gerente de microfinanças da instituição. “O microcrédito está entre as políticas estruturais e de longo prazo, já que ataca a raiz do problema da pobreza, que é a falta de geração de renda e de oportunidades de trabalho”, aponta Azevedo.

#### ACÇÕES CONTRA A POBREZA

Na lista abaixo, exemplos de elementos que influenciam aumento de renda e redução da desigualdade:

##### AUMENTO DE RENDA

- Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)
- Crescimento industrial
- Criação de mercados

##### REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

- Aumento salário mínimo
- Transferência de renda por programas sociais
- Políticas educacionais e profissionalizantes
- Concessão de microcrédito

Lenilce dos Santos: “vida nova” com Bolsa Família e esperança de que governos futuros não extingam benefícios



# Memórias de vida

A história de Bergson Gurjão, estudante cearense morto na Guerrilha do Araguaia, que teve seus restos mortais sepultados em outubro desse ano, depois de homenagem na Reitoria da UFC, ilustra os caminhos do combate à ditadura militar pós-64 e a incompleta democratização do Brasil, um país onde se caminha a passos lentos rumo à memória, à justiça e à verdade

por Cristiane Pimentel

O trinado das aves é entrecortado pela sonoridade macia da vegetação. O manto verde profundo sobrepuja a visão. Na região amazônica serpenteada pelo rio Araguaia, em Caianos, um grupo segue sob o calor da mata. Ressabiado, vai em direção a uma encomenda, um rolo de fumo, a ser entregue pelo camponês conhecido como Cearensinho. Na liderança, Jorge, que se destaca entre os pares tanto pela altura – próxima a 1.90 m – como pelo espírito alegre e brincalhão. Porém, antes do destino, dilacerando a imensidão da floresta, uma rajada de metralhadora surpreende os jovens, que saem correndo atordoados. Para trás fica Jorge, esvaindo-se aos 25 anos, perfurado por balas. Em pouco, o corpo jaz inerte sobre o solo, após golpes de baioneta.

Ao mesmo tempo, o fim e o começo. O ano era 1972 e terminava ali a vida de Jorge, ou melhor, de Bergson Gurjão Farias, cearense, primeira vítima do Estado brasileiro na Guerrilha do Araguaia. Mas começava também naquele momento o massacre sangrento em uma região praticamente esquecida pelos governantes; e o sofrimento de dezenas de familiares que, quase 40 anos depois deste episódio não obtêm respostas sobre as circunstâncias de morte e localização dos corpos de seus entes.

## Guerrilha na Amazônia

Gestada no núcleo do PCdoB desde o início dos anos 60, motivada pelos ventos rubros que haviam soprado na Rússia, em 1917, e depois na China e, principalmente, em Cuba, em 1959, a Guerrilha do Araguaia foi um movimento de oposição ao regime ditatorial no Brasil. Ambientada na região da tríplice divisa entre Goiás, Pará e Maranhão, às margens do rio Araguaia, nas proximidades das cidades de São Geraldo do Araguaia e Xambioá (norte do Tocantins), a ação tinha como objetivo mobilizar a população local. Pobres, famélicos e analfabetos, os moradores, junto aos guerrilheiros, propulsionariam uma insurreição contra o regime, na época em crescente endurecimento, assim abrindo espaço para uma experiência socialista no País.

Escolhida devido ao isolamento e pouca presença do Estado, à vegetação copiosa e à fartura nas terras e águas, a região do Araguaia já era um barril de pólvora antes mesmo da Guerrilha. Conflitos entre grileiros, posseiros e garimpeiros manchavam de sangue o solo amazônico. A concentração de renda e o avanço no número de migrantes vindos do Nordeste acentuavam a pobreza.

Para inspirarem na população o espírito revolucionário, os com-

batentes adotaram a estratégia de mesclar-se ao modo de vida local. Com isso, chegaram à região, a partir de 1967, os primeiros combatentes: na maioria estudantes e profissionais liberais de classe média, que passaram a viver como agricultores, pescadores e pequenos comerciantes, além de prestarem serviços nas áreas de saúde e educação. Cerca de 80 pessoas fluíram para o Araguaia, a fim de preparar-se para a luta armada. Ademais, 20 camponeses aderiram à causa.

Deficiência de treinamento e armas, além do vazamento da notícia da preparação de uma guerrilha no Araguaia, para o Exército, antes que seus integrantes estivessem preparados para o combate, minaram as chances de vitória dos guerrilheiros. Entre 1972 e 1974, as Forças Armadas se dedicaram à repressão ao movimento, configurando a sua maior mobilização desde a Segunda Guerra Mundial: foram três campanhas, mobilizando por volta de cinco mil agentes. No saldo do conflito, em torno de 20 sobreviventes. Ainda foram mortos 11 militares e quatro camponeses, sem vínculos com o Partido ou o Exército. “A Guerrilha você tem de dividir em duas etapas: a fase do período antes da guerra, em que vivíamos uma vida normal, e a posterior à guerra, que é quando

o Exército chega e nos descobre: aí veio a tensão nervosa, as emboscadas, as retiradas, tudo muito precariamente, pois fomos pegos de surpresa. Ainda não tinha o preparo devido, as armas ainda eram deficitárias, os depósitos não tinham em quantidade, a rede de informações estava no início”, aponta Luzia Reis, sobrevivente do Araguaia.

Com tantas mortes há de se questionar: teria a luta do Araguaia surtido algum efeito? Desempenhou algum papel na democratização do País ou seria apenas mais uma manifestação política da história do Brasil esmagada pelas forças opressoras? Para Myrian Alves, jornalista e pesquisadora da Guerrilha do Araguaia, o movimento foi essencial nesse processo de abertura política. “Na essência, entendo que um filho do Brasil realmente não foge à luta. No cotidiano da preparação da guerrilha, a esperança. Depois, o enfrentamento de uma realidade por três lados envolvidos: os guerrilheiros, os militares e a população. O despreparo militar para enfrentar uma utopia do período revelou a covardia do Estado, que não sabia – e não sabe – lidar com seu povo. Talvez ainda sinta vergonha pelos métodos utilizados e não obriga seus servidores a contar o que ali se passou. Um estado que feriu todas as leis e regras éticas, e o que é mais grave, o conhecimento regional de um povo, civil, para combater brasileiros que ousaram lutar. Foi a coragem desses resistentes e de outros também que marcaram a luta pela redemocratização”, profere.

Mesmo com o fim dos enfrentamentos na selva desde 74, a Guerrilha do Araguaia teve seu fim somente em 1976, com o assassinato de Ângelo Arroio, último comandante

do movimento, no evento que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”, em São Paulo. Trinta e sete anos passados desde a primeira morte – Bergson Farias – o Araguaia é uma questão inconclusa na história brasileira, com apenas dois de seus mortos localizados e identificados: Maria Lúcia Petit, em 1996, e Bergson, em julho deste ano, ambos enterrados no cemitério de Xambioá.

## “Agora vou mudar minha conduta, eu vou pra luta...”

“Quem quer meu papagaio?” Era sob os versos da marchinha de Alvarenga e Ranchinho que Bergson anunciava a chegada a casa. Apaixonado por música, o jovem doce e espirituoso tinha na canção, sempre cantarolada incompletamente, a forma de saudar aos parentes. Beijos e “cheiros” eram distribuídos a quem encontrasse, fosse irmã, mãe, prima ou tia, o importante era demonstrar afeto. “Ele era muito brincalhão, muito afetivo em casa, adorava beijar. Até um dia o papai declarou ele como o beijeiro-mor da família”, afirma Ielna Farias, irmã de Bergson.

Filho de Luíza Gurjão e Gessiner Farias, Bergson era o terceiro de uma família de quatro irmãos. Nascido em 17 de maio de 1947, o primeiro menino do casal ganhou o nome de um pensador. “Foi um filósofo francês, mas acho que foi mesmo porque o papai gostou do nome”, cogita Ielna. Segundo Luíza Farias, mãe de Bergson, a denominação era um desejo antigo do marido. “No primeiro filho o Gessinger disse: ‘se for homem é Bergson’, e nasceu a Tânia. No segundo disse: ‘tudo bem, se tiver outro, vai ser Bergson’, e foi a Ielna. Aí no terceiro ele disse: ‘quero mais

não’, mas eu disse ‘agora eu é que quero, já três filhos esperando!’, aí ele botou Bergson, explica.

Criança ativa, Bergson teve na rua Dom Joaquim o cenário para as primeiras brincadeiras. Futebol e jogos de rua, como a “bela bandida” (jogo de esconder), faziam a diversão entre ele e seus irmãos. “A gente brincava muito na rua, corríamos e nos escondíamos pros meninos acharem, e nisso ia bater no outro quarteirão. Era uma confusão de menino correndo pela rua”, afirma Ielna. Ao lado das brincadeiras, competições de conhecimentos, imersão em culturas através do consumo frequente de discos, filmes e livros, além de discussões políticas promovidas pelos pais, fizeram desde cedo Bergson descobrir uma de suas paixões: a literatura. Leitor inveterado dos enredos policiais de Agatha Christie e as aventuras envoltas de mistério do personagem Sherlock Holmes, como de livros de romance de autores brasileiros, e Filosofia, ele tinha a sensível obra de Éxupéry, *O Pequeno Príncipe*, como uma de suas favoritas.

Talvez tenha sido daí, inspirado nesse clássico da Literatura, que tenha surgido o anseio por aprender a pilotar. Ainda adolescente, Bergson teve lições no Aeroclube de Fortaleza. “Éramos quase da mesma idade e por isso tive com ele uma amizade muito grande. Era um rapaz muito animado, a gente ia para festas, as tertúlias do Náutico, gostávamos muito de se-resta, nos divertíamos muito. Além disso, ele tinha boas aptidões para o voo, chegou a fazer voo solo”, destaca Emílio Celso Chagas, ex-instrutor de voo de Bergson.

Outro interesse que atiçava o então adolescente Bergson era a língua inglesa. Ao mesmo tempo em que



estudava em um tradicional curso de línguas da cidade, o jovem procurava praticar a conversação indo ao Porto do Mucuripe conversar com os estrangeiros que chegavam nos navios. “Era pra aprender o inglês dele, que ele tinha loucura. E acabou falando muito bem. Tinha uma vontade muito grande de falar inglês. O outro lado dessa história é que quando chegavam aqui aquelas meninas, porque a gente recebia meninas que faziam intercâmbio, acabou que ele namorou quase todas”, relembra, entre risadas, Tânia Farias, irmã de Bergson.

Mas se no âmbito cultural a literatura e a língua inglesa foram paixões para Bergson, a música pode, sem dúvida, ser declarada como um caso de amor. De acordo com Dona Luíza, o envolvimento de seu filho com a arte já era percebido desde pequenininho. “Quando ele tinha três anos ele disse assim: ‘agora vou ‘apresentar’ a Marcha do Caracol. Então, agarrado num cabo de vassoura começou ‘Há quanto tempo, ninaninana...’, se é chuva apanho chuva...’ e o resto ele cantava todinho. Eu estranhava porque ele não sabia só aquele pedacinho e sabia todo o resto. Um dia desses pensando, achei que ele não cantava assim porque tinha casa pra morar, tinha tudo, porque o pedaço que ele não cantava era assim ‘Não tenho onde morar’. O negócio do Bergson era cantar. Só vivia em casa cantando, às vezes saía do banheiro enrolado na toalha cantando, e cantava muito no banheiro essa música: ‘O arrependimento quando chega faz chorar...’ Não era voz de cantor não, mas cantava direitinho”, declara.

Para quem conviveu com o jovem é difícil ouvir uma música de Noel Rosa, seu artista favorito, sem recordar do estudante cantarolando por todos os cantos. “Ele adorava ‘Com que Roup’, do Noel Rosa, aliás, Noel é a cara dele. Gostava muito de ‘Conversa de Botequim, Último Desejo, Feitiço da Vila’”, exemplifica Ielna. “Ele criava muita música também. Pegava a música e cantava outra letra”, completa Tânia.

Nos estudos escolares Bergson se

saía bem. Tanto que fez, de uma dificuldade, mote para eleger o curso de Química da UFC. “Ele era muito inteligente, mas não era muito de sentar e estudar não. Aí o Bergson chegou para o papai, isso no final do ano, muito triste. Ele disse papai que ia ser reprovado em Química. A única forma de passar era se ele saísse de onde estudava e fosse para outro, um colégio pagou, passou. Então o papai disse assim: ‘você vai ser reprovado. Eu pago o colégio é para você aprender, não para você passar’. E o papai perguntou: ‘de quantos pontos você precisa para passar em Química?’ E ele disse que tinha de tirar dez nessa prova. Aí o papai disse: ‘pois você pense que atitude você vai tomar, faça de conta que nem me disse isso’. Aí no dia seguinte o Bergson foi na loja do papai e disse: ‘papai, pensei muito e decidi ver o que eu posso fazer’. E o papai disse: ‘ótimo meu filho, muito bom na sua decisão’. Aí ele enfiou a cara nos livros, quatro horas da manhã e ele estava trancado no escritório estudando sem parar, pedia explicação a um e a outro. Aí conseguiu tirar 10 e ficou louco por Química”, conta Ielna Farias.

No esporte Bergson também escreveu sua trajetória, sendo atleta de natação, tênis e integrando a seleção de basquete do Náutico Atlético Cearense, onde demonstrava sua iniciativa e capacidade de comando. “Ele era um líder dentro e fora de quadra. Estimulava os companheiros, era um homem que poderia jogar em qualquer posição, apesar de ser melhor na defesa. Era uma pessoa de personalidade muito dócil, uma pessoa adorável. Para mim, foi um dos grandes atletas do Estado do Ceará”, avalia Roberto Bastos, ex-técnico de basquete do Náutico.

Da liderança de dentro de quadra para fora foi apenas um lance, ou melhor, um pulo. Foi com o ingresso na Universidade que o estudante destacou-se no movimento estudantil, chegando a ser Presidente do Diretório Acadêmico dos Institutos de Ciências da UFC e Vice-Presidente do Diretório Central dos Estudantes



Diversas faces do guerrilheiro: estudante aplicado, esportista, aficionado por inglês, idioma que praticava no Porto do Mucuripe



(DCE). “Ele era um cara forte, muito espontâneo, usava umas roupas frouxas, chinelão, era um cara natural. Todo mundo que chegava perto do Bergson ele abraçava, conversava, dialogava. No DCE havia, na época, muita disputa e o Bergson sempre procurava encontrar uma saída, tinha muito nele essa preocupação com a unidade do movimento estudantil. Era uma liderança nata e ao chegar à universidade e entrar em contato com o movimento estudantil transformou-se numa liderança política”, recorda Carlos Augusto Diógenes, o Patinhas, presidente do PCdoB e contemporâneo de Bergson.

Não demorou e a vivência política trouxe problemas ao jovem, que teve de sair de casa e viver na clandestinidade. O último contato com a família foi aos 21 anos, em São Paulo, com a irmã Tânia. Depois disso, as-

sim como o personagem de seu livro favorito, Bergson desaparecia para a família, sem nunca mais voltar.

### Vida e Morte no Araguaia

Comandante do destacamento C, Bergson era tido como afável e prestativo pelos companheiros de guerrilha. Luzia Reis, que integrou o mesmo destacamento que o cearense, relata o primeiro momento em que viu o companheiro. “Estava na beira do rio Araguaia quando a pessoa que estava comigo falou: ‘alí vem o companheiro Jorge’. Quando vi aquele homenzarrão, alto, magro, imenso, sorridente... (pausa) Parou, amarrou a canoa, saltou no rio, com a calça enrolada até o joelho e chegou lá perto da gente. A pessoa que estava conosco falou: ‘esse é o Jorge; essa é a Lúcia’. Então ele me deu um abraço e falou: ‘a partir de hoje você vai viver na nossa casa e eu vou fazer de tudo para você se adaptar rápido’. Ele era muito bacana, me ajudou muito”, afirma.

Segundo Luzia, Bergson levava uma rotina tranquila no Araguaia até então. “Tinha boa saúde, só um problema no braço que ele havia quebrado ao cair de uma mula e não havia colado direito. Era muito conversador, falava da vida dele em Fortaleza, da família. Todo mundo adorava ele. Foi inclusive no batizado de várias crianças da região, era compadre de todo mundo. Adorava cantar ‘Com que Roup’, músicas de boemia, e tinha uma voz linda. Quando ele tomava banho a gente só ouvia aquele vozeirão, ficava assoviando”, lembra.

Outra pessoa que teve contato com Bergson no Araguaia foi o hoje Deputado José Genoíno Neto. “Não éramos do mesmo destacamento, mas uma vez o encontrei uma noite, por acaso, no Araguaia. Mas naquele momento a gente não podia demonstrar que se conhecia. Depois, quando vi, já foi o corpo dele. Mostraram também a foto lá dele morto de olho aberto, como se estivesse vivo, isso me marcou muito. Ele foi um verda-

deiro herói, que deu a vida naquela luta. Nós somos apenas sobreviventes”, relata.

Bergson morreu em combate, defendendo os colegas. Após a rajada de metralhadoras que atingiu uma de suas pernas, o jovem decidiu enfrentar os militares, chegando a ferir um deles. Não correu e foi assassinado dando cobertura aos outros, que puderam escapar naquele momento. Após sua morte, segundo relatos de testemunhas, o corpo foi amarrado de cabeça para baixo em uma árvore, tendo a cabeça chutada pelos paraquedistas, até a destruição de sua face. “Quando soubemos da morte dele todo mundo ficou muito triste, ele era muito querido. Lógico que todos eram importantes, mas logo ele?!”, questiona-se Luzia.

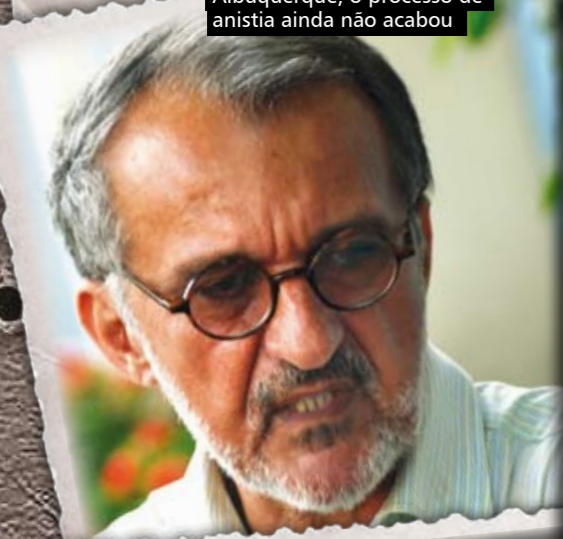
### Reparação capenga

Uma chaga que segue aberta. É assim que pode ser definido o processo de reparação, não somente no caso Araguaia, mas à ditadura no Brasil. Punição aos torturadores, indenizações, abertura de arquivos secretos, explicações sobre desaparecidos, garantias de que o fato ocorrido não se repita, são alguns pontos de um contexto que deve ser vislumbrado por um estado em consolidação da democracia. E, dentre os países da América Latina que sofreram com períodos ditatoriais, o Brasil é o que caminha a passos mais lentos. Para a socióloga Daniele Nilin, que estudou esse processo na sua tese de doutorado “O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil”, essa temática está ainda muito longe de ser resolvida no País. “É incrível que tenha acontecido aquele fato da Ditabranda, na *Folha de São Paulo* (episódio em março deste ano em que o referido jornal usou o termo para referir-se à ditadura no Brasil). Um negócio desses é impensável na Argentina. Tem a ver com o número de mortos, mas vai mais além. Nesses países, os próprios governos pós-democratização se encarregaram de criar uma série de





As irmãs de Bergson, Tânia e Ielânia: fim de 37 anos de espera. Para Mário Albuquerque, o processo de anistia ainda não acabou



Paulo Teodoro: pessimismo sobre a busca de restos mortais dos combatentes

mecanismos de punição e de busca de verdade. Aqui no Brasil, as coisas ficaram muito tempo submersas, circunscritas aos grupos de familiares e perseguidos. Houve também uma transição muito prolongada da ditadura para a democracia. Talvez se tivesse constituído uma comissão de anistia ainda na década de 80 essa questão tivesse surgido mais cedo, mas a comissão foi constituída depois de 2000. A anistia foi em 79 e pelo menos uma geração passou. Tem a ver com a nossa cultura política e como os governos foram tratando essa questão, que era como uma batata quente passada de mão em mão”, avalia.

Nesse âmbito, um tema que vem levantando debates na sociedade são as buscas de informações sobre a morte e ossadas dos militantes desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Pressões dos familiares e políticas não bastaram e foi preciso que um pedido de explicações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), ao Brasil, para que medidas fossem tomadas em relação a buscas dos desaparecidos no Araguaia. Envolve em polêmicas acerca de sua eficácia, uma vez que os arquivos militares secretos – que poderiam definir com maior precisão os pontos onde possam ser encontrados restos mortais – foi criada, este ano, uma comissão pelo Ministério da Defesa, com o objetivo de vasculhar a região do Araguaia. Composta por 30 integrantes, entre peritos legistas, geólogos, geofísicos, arqueólogos e membros da sociedade civil, o Grupo Tocantins abriga pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), da Polícia Federal e da Universidade Federal do Ceará, representada pelo Prof. Mariano Castelo Branco, geofísico.

Utilizando um equipamento conhecido como GPR (Ground-Penetrating Radar), que trabalha com a detecção de zonas que possam corresponder a materiais enterrados, a equipe da UFC já realizou atividade em duas expedições. “O prazo de atividades é até o final de outubro, mas

as pesquisas podem se estender até 2010”, explica Mariano. Segundo o pesquisador, as possibilidades de que seja encontrado algo são pequenas. “Estão sendo selecionadas áreas através de entrevistas e pesquisas onde nós estamos desenvolvendo nosso trabalho de pesquisa geofísica e imageamento da subsuperfície. Esse é um trabalho realmente bastante árduo, que envolve muitas horas de aquisição de dados e processamento das áreas. Esses aspectos do que aconteceu naquela região, 35 anos atrás, ficaram na história e na cabeça das pessoas. Então, decorrido todo esse tempo, com informações que às vezes podem ser duvidosas, com interesses envolvidos que devem ser diversos, é complicado”, afirma.

Para as famílias que tiveram parentes desaparecidos, as buscas podem propiciar um momento importante para a superação do luto, que é enterrar seus restos mortais. No entanto, para os familiares dos demais cearenses mortos no Araguaia, a angústia parece se prolongar por mais tempo, com as poucas chances de localização dos restos mortais. “Tenho uma irmã que está lá acompanhando as buscas, mas é muito difícil, pois uns dizem que foi enterrado, outros, que foi cortada a cabeça e queimado o corpo junto com pneus, então não se sabe ao certo”, detalha Paulo Teodoro de Castro, irmão do estudante de Farmácia Teodoro de Castro. Breno Moroni, irmão de Jana Barroso, ainda é mais pessimista: para ele não há mais chance de se encontrar algo. “Acho que os bravos combatentes da selva gostariam de continuar sepultados em seu campo de luta. De pouco adiantaria agora, já que nossos pais também já morreram à espera de notícias oficiais que nunca vieram”, conclui. Já Demócrito Quaresma vê possibilidades de que seu primo, o estudante secundarista Custódio Saraiva, possa um dia ter um funeral. “É possível, assim como para todos os outros que estão ali”, pondera. No entanto, além da constatação da morte é preciso a punição dos algozes. “É importante o resgate

dos corpos, mas tem que vir junto com o esclarecimento dessas mortes. A responsabilização dos culpados é fundamental. Enquanto não houver isso não haverá justiça”, avalia Elisabeth Silveira, do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro.

Neste ano, com a Lei da Anistia chegando a sua terceira década, o debate em torno da punição aos torturadores parece ganhar impulso: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou, em outubro do ano passado, no Supremo Tribunal Federal (STF), com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) requerendo que o STF declare que a anistia não se estende a crimes comuns praticados por agentes da repressão contra opositores do regime militar. Ministério da Defesa e Advocacia Geral da União defendem que a anistia como ampla e irrestrita, perdoadando os crimes cometidos pelos agentes da repressão. Já o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos levantam ser imprescritível o crime de tortura, devendo, portanto, serem responsabilizados os torturadores.

Um balanço de avanços importantes no passado, mas insuficientes para o presente, é o que faz o presidente da Associação Anistia 64/68, Mário Albuquerque, sobre a lei de 79. “É uma lei que não foi ampla, nem geral, nem irrestrita, como nós defendíamos, tanto que até hoje ela não terminou, se luta pela anistia. Era uma anistia ainda na vigência na ditadura, o que é incomum, pois as anistias são decretadas após o fim dos governos autoritários; os governos novos surgem e decretam a anistia. No caso do Brasil foi diferente, por isso que ela é questionada até hoje, o Direito Internacional não aceita o que se chama de autoanistia. A ditadura foi muito esperta, pois quando viu que os dias dela estavam contados, se antecipou ao processo. Nossa tradição é: ‘façamos a revolução antes que o povo a faça, façamos a mudança para tudo continuar na mesma’. É a esperteza da classe dominante do Brasil. Quando perce-



Teodoro de Castro, Custódio Saraiva e Jana Barroso: os três cearenses mortos ainda não encontrados na Região do Araguaia

bem que vai haver uma mudança eles se antecipam, então impedem que essa mudança seja no sentido verdadeiro dela”, discorre.

Para a família de Bergson Gurjão Farias, parte da reparação veio com 37 anos de atraso, após uma longa batalha pela identificação das ossadas. Mesmo com o passar dos anos e a esperança já minguando, constatar a morte do filho foi um choque para Dona Luíza Farias. “Quando desapareceu, pensava que ele poderia ter saído de São Paulo para outro canto. E eu sempre rezando, sempre rezando, mas umas vezes eu tinha umas certas intuições. Eu estava dormindo, aí me veio aquele negócio: ‘o Bergson morreu’. Aí me levantei depressa e pensei que o sonho era com o Gessinger, que já estava doente do coração. Talvez fosse ele (Bergson), ele veio me dizer essa vez. Eu tomei um susto muito grande quando soube, tive assim um acesso de choro. Há muitos anos que eu não chorava, mas depois passou, depois de tanto tempo nem sei nem chorar mais não”, conta.

Antes considerado “terrorista”, Bergson

teve no dia 6 de outubro, um enterro com honras de Estado. Seus restos mortais foram trazidos de Brasília, em um avião da FAB e conduzidos em um carro de bombeiros até a Reitoria da UFC. Lá, Bergson foi homenageado em uma cerimônia fúnebre e, logo após, sua ossada foi transportada até o cemitério Parque da Paz. Um elo se fecha, o filho retorna para próximo da mãe e a história poderá contar a trajetória de um jovem que não só sonhou, mas ousou lutar por um país mais justo. “Bergson foi bastante popular em seu tempo, tanto no Ceará quanto na região de São Geraldo (PA) e Xambioá (TO). É o seu retorno ao lugar onde tudo começou, em meio às agitações mundiais de 1968. Representa também a presença da luta de outros estudantes da UFC e do movimento secundarista cearense. Uma homenagem merecida e bonita perante a história do País. Lembrando a música ‘Com que Roupa’, do Noel, que ele tanto gostava, imagino que ele ‘se aprumou’, finalmente”, afirma a pesquisadora Myrian Alves.



# Unindo forças e salvando vidas

*Iprede é reconhecido como projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará, que há 30 anos pesquisa soluções no combate à desnutrição. O sucesso desse modelo será reproduzido em sete países*

por Gustavo Colares

A cada dez dias, Vlândia Maria Sousa Araújo, de 24 anos, acorda ainda com o céu escuro e, com o filho Pedro Lucas, de dois anos, sai do Jardim das Oliveiras em direção ao Parque Manibura, bairro que há 17 anos abriga a sede do Iprede, organização não-governamental que há mais de duas décadas combate a desnutrição infantil em Fortaleza. A criança é tratada no Iprede desde o primeiro dia útil desse ano, quando chegou com desnutrição moderada. De lá para cá, aumentou 2,75 kg e hoje pesa 10,95 kg. A altura de 82 cm ainda é considerada insuficiente para a idade, mas falta pouco para que Pedro Lucas tenha alta do tratamento.

Vlândia conheceu o Iprede da forma mais dura. Em 1986, quando tinha a mesma idade do filho, precisou da recém-criada entidade para vencer a fome. “Há 23 anos, quando o Iprede foi criado, um terço das crianças do Ceará apresentava desnutrição, muitas em estado grave. O Iprede nasceu a partir de um grupo de sete mulheres que abriu uma enfermaria dentro do Hospital Albert Sabin”, explica Sullivan Mota, diretor da entidade há três anos e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

Com despesas fixas da ordem de R\$ 300 mil por mês, 65% desse montante vêm de doações. Os outros 35% dos custos advêm de serviços prestados pelo próprio Iprede, credenciado ao Sistema Único de Saúde (SUS), a venda ao Governo do Estado de 650 refeições produzidas pela cozinha industrial da entidade,

venda de produtos da loja e do bazar, aluguel do auditório e de salas de aula para empresas realizarem seminários, e oferta de cursos à comunidade em geral, a preço mais em conta. Em parceria com o Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da UFC, o Iprede também oferta Curso de Especialização em Psicomotricidade Clínica.

Esse orçamento rechonchudo é mais que necessário. O Iprede deixou de apenas cuidar do aspecto mais urgente da desnutrição – a fome e a carência de nutrientes – para estimular todas as formas de desenvolvimento infantil. Hoje, sua estrutura congrega 14 tipos de profissionais – entre médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, educadores físicos, nutricionistas, etc. – no atendimento às crianças e até às próprias mães que acompanham seus filhos na entidade.

A expansão no tratamento contra a desnutrição é decorrência de estudos que mostraram, ao longo do tempo, que a doença não acarreta apenas perda de peso do indivíduo, mas também prejudica seus desenvolvimentos motor, cognitivo, afetivo e sensorial. Para isso foram criados espaços dentro do Iprede para estimular as crianças e melhorar sua qualidade de vida. Há salas de psicomotricidade, brinquedoteca, estimulação visual, comunicação alternativa, fonoaudiologia, fisioterapia, entre tantas outras. “No meu tempo, as crianças só eram atendidas em relação ao peso e

à medida. Não havia médicos, psicólogos e toda essa estrutura excelente para ajudar no desenvolvimento completo da criança”, compara Vlândia.

Os números do Iprede impressionam. Por mês, são atendidas 1.270 crianças e cerca de mil famílias. No mesmo período, são realizados oito mil atendimentos em crianças. A cada dia, 200 profissionais atuam no Iprede. Em 23 anos de vida, já foram realizados 1 milhão e 500 mil atendimentos, totalizando 25.271 crianças tratadas.

Tantas possibilidades de tratamento fizeram do Iprede um campus avançado de ensino de universidades cearenses. É lá que ocorrem, há dois anos, aulas práticas da disciplina “Atenção Básica de Saúde da Criança”, ministrada pelo Prof. Almir Neves, da Faculdade de Medicina da UFC. “Trazer os alunos ao Iprede os insere na comunidade, e eles precisam conhecer todas as condições dela antes de se formarem. Aqui temos uma população abaixo da linha da pobreza, e os estudantes precisam ter instrumentos para atuar em qualquer situação. Muitos, depois da formatura, partem para equipes de saúde da família, no interior”, explica.

Segundo Sullivan Mota, a experiência do Iprede ao longo dos anos mostrou que a desnutrição também resulta do ambiente social em que as crianças vivem. Por isso, o Iprede compreende que o cuidado à criança precisa se estender à família de cada uma delas.

Agora em outubro, será inaugurada na entidade a Unidade de Profissionalização da Mulher, construída com R\$ 220 mil reais doados ao Iprede. Serão mais de 20 cursos – de cuidadores de crianças e idosos, estética, faxineira, biscuit, bijuterias, arte em papel, doces, biscoitos, tortas, comidas caseiras etc. – destinados às mães acompanhantes. Haverá também um escritório da Defensoria Pública, necessário diante das histórias de vida de mães que sofrem violência dentro de casa. “Na sociedade e dentro da família, a mulher é o elemento que tem menos prestígio, sofre mais violência. Mas ela é capaz de transformar a sua vida, ascender socialmente e ultrapassar essa linha da pobreza, sair da miséria”, acredita o Diretor do Iprede.

De acordo com Mota, em pesquisa realizada, em 2007, com as mães que acompanham os filhos em tratamento, 20% delas afirmaram já ter pensado em suicídio alguma vez na vida; 25% se disseram incapazes de realizar alguma atividade de valor; e 100% afirmaram criar os filhos em ambiente de violência.

Alguns fragmentos das histórias de vida dessas mulheres estarão reunidos em livro a ser lançado, em 2010, pela Profª Inês Mamede, do Curso de Pedagogia da UFC. Através do projeto de extensão Histórias e Letramentos, ela já se reuniu 10 vezes com nove mães, de faixa etária variada, que frequentam o Iprede para vivenciarem situações de letramento, seja através da audição de músicas, seja pela leitura de poesias, notícias de jornal ou crônicas. Através dessa metodologia, as mães se sentiram instigadas a falar sobre suas próprias experiências de vida, vontades, preocupações e potenciais.

“Chamou-me à atenção que, apesar de viverem limitações econômicas extremas, essas mães têm uma força impressionante para superar os problemas. Porque, em geral, são mães com histórias de vida com muitas precariedades materiais e dificuldades sócioemocionais. Mas elas têm aspirações de todo ser humano: desejo de crescer, aprender, cuidar da beleza, dos filhos, namorados e esposos”, afirma Inês.

No laboratório de corte e costura que é Unidade de Profissionalização da Mulher, a Silvania Monte, coordenadora do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP) da UFC, desenvolverá projeto-piloto que visa à implantação de grupos produtivos voltados para redes de economia solidária. Com duração de, pelo menos, três anos, esse projeto compreenderá cursos de formação básica e específica de confecção de produtos têxteis para as mulheres. Aos cursos se somará um monitoramento que permitirá a criação do Manual de Orientação Metodológica, para que essa experiência seja realizada em outras entidades e associações. Também será montado um banco de dados permanente, com informações sobre habilidades, interesses e inserção dessas mães no mercado de trabalho.



“Essa parceria entre o Iprede e a UFC conjuga teoria e prática, o fazer e o saber, onde podemos levar nossos alunos para o aprendizado prático. Eu diria que é um casamento perfeito, pois a UFC, através de sua capacidade de colaboração em desenvolver estudos que podem ser realizados no Iprede, ajuda ainda mais as mães e as famílias lá atendidas”, afirma Silvana, também professora do Curso de Economia Doméstica.

Esses e outros exemplos de parceria entre as duas instituições se tornarão ainda mais efetivos a partir de convênio de cooperação a ser assinado, até o final de 2009, entre a UFC e o Iprede. A entidade será reconhecida como extensão da Universidade, e poderá obter outros apoios, utilizando-se do nome e da estrutura da UFC. Não será o primeiro acordo firmado entre as duas instituições. Em 8 de março de 2007, quando o Prof. René Barreira ainda era Reitor da Instituição, foi assinado termo de cooperação que já indicava a expansão de atividades em conjunto entre UFC e Iprede.

“O reconhecimento do Iprede como extensão nasceu depois de serem reconhecidas outras ações de extensão da UFC que já aconteciam aqui. Nasceu naturalmente, por aproximação e necessidade do Iprede e da UFC no atendimento das necessidades da sociedade”, afirma Sulivan Mota. “Formalizamos uma parceria que já existia informalmente. A UFC só tem a ganhar, pois o Iprede é uma entidade de reconhecida competência”, completa o Pró-Reitor de Extensão da UFC, Prof. Antônio Salvador.

Exemplo da efetivação dessa parceria se deu recentemente, com a doação ao Iprede, por parte da Receita Federal, de dez toneladas de tecidos apreendidos, que serão utilizados em outros projetos de extensão da UFC, como o Reizado Brincantes Cordão do Caroá e a incubadora de cooperativas, que agrega 20 entidades apoiadas pela Universidade em trabalhos de corte e costura. O Curso de Estilismo e Moda também será beneficiado, pois parte dos tecidos será utilizada como material didático.

Como extensão da UFC, Mota observa que o Iprede alarga suas possibilidades de convênios com outras instituições, até mesmo internacionais, no objetivo de receber mais auxílio financeiro, patrocínio em projetos e doações. Segundo ele, é comum fundações e institutos interessados em ajudar o Iprede perguntarem se a entidade mantém convênio com alguma universidade. “E esse convênio é o exercício da extensão, que agora só tende a aumentar. A UFC dá mais credibilidade e organização ao Iprede”, reconhece Mota. “Além disso, o Iprede, tem condições de absorver inúmeros estudantes da UFC, de várias áreas, em atividades de pesquisa, ensino, estágio e extensão, pois é uma organização de referência; só tem a ajudar à UFC”, resume Salvador.

### Combate à desnutrição também motiva pesquisas na UFC

Há três décadas, o Programa de Pós-Graduação em Farmacologia, da Faculdade de Medicina da UFC, empreende pesquisas para detectar as causas e as consequências de infecções intestinais e combater a desnutrição infantil. Segundo o Prof. Aldo Ângelo Lima, coordenador da Unidade de Pesquisas Clínicas & Instituto de Biomedicina (UPC&IBIMED), vinculada ao Programa, as doenças diarreicas geram problemas não somente durante a primeira infância, faixa de zero a seis anos, mas por toda a vida do futuro indivíduo.

De acordo com pesquisas desenvolvidas, desde os anos 1980, em parceria com a Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos, crianças que sofreram de diarreia apresentaram mais dificuldade de memorização e aprendizagem em comparação com as que não tiveram a doença. Cerca de 1.800 crianças das comunidades Gonçalves Dias, no Porangabuçu, e Parque Universitário, no Pici, tiveram sua vida acompanhada, desde o nascimento ou próximo dele, durante 12 anos. Foram observadas também as condições de saúde e hi-

giene a que elas estavam submetidas, necessárias para dimensionar o impacto da diarreia nas comunidades.

Os estudos concluíram que uma criança com menos de cinco anos chega a passar cerca de 30 dias por ano com diarreia. O resultado são lesões intestinais severas, prejudicando a capacidade de absorção de nutrientes no seu intestino, comprometendo o desenvolvimento da criança. É até os dois anos de vida que acontece a formação das conexões do sistema nervoso central, daí a preocupação dos pesquisadores em desenvolver soluções para um melhor desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes que, na infância, passam por episódios de diarreia.

Rosânia Maria de Paula Silva, agente comunitária de saúde que atua, há 17 anos, junto a pesquisas do UPC&IBIMED na comunidade Parque Universitário, afirma que as crianças recebem doses dos aminoácidos glutamina e arginina para curar essas lesões, como parte do tratamento. O filho dela, hoje com 18 anos, também teve diarreia na infância e foi acompanhado pela pesquisa coordenada por Lima. “É sensacional ver os resultados do combate à desnutrição aqui na comunidade, pela verificação de peso e altura. As mães afirmam que o desempenho das crianças tem melhorado a cada dia, pois o projeto tem aceitação muito grande”, observa.

Viúva aos 24 anos de idade, Daniele Gomes de Souza tem a filha Maria Lívia de Souza Alves da Silva, de um ano e três meses, acompanhada desde o nascimento pelas agentes de saúde da equipe de pesquisa. Para ela, o trabalho salva vidas. “Não temos condições de levá-la sempre à pediatra. E o posto de saúde do bairro é muito precário. Ter esse acompanhamento é muito bom.”

O trabalho até hoje realizado será reforçado e expandido com nova pesquisa da Rede de Caprino-Ovinocultura e Diarreia Infantil do Semiárido (Recodisa), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Biomedicina, que agregará as atividades do UPC&IBIMED.



Salas de psicomotricidade e brinquedoteca fazem parte da estrutura do Iprede



EXTENSÃO

Equipe multidisciplinar do Iprede reunida. No detalhe, tratamentos administrados sob controle a crianças por agentes de saúde, colaboradoras do Instituto de Biomedicina da UFC



Durante os próximos três anos, em 14 cidades do semiárido brasileiro com população acima de 50 mil habitantes, nos estados de Piauí, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Ceará, equipes vão coletar amostras de fezes (que contêm microorganismos causadores da diarreia e podem ser isolados) e saliva (onde é possível encontrar todo o processo molecular-genético do paciente) de crianças de até três anos de idade. O objetivo da pesquisa, que terá a participação do Iprede, é descobrir o índice de morbidade das doenças diarreicas nessas localidades. Em seguida, encontrar soluções que minimizem as consequências da diarreia e da desnutrição dessas populações.

A ideia da pesquisa Recodisa é que caprinos transgênicos produzam leite com lisozima e lactoferrina compatíveis com as substâncias presentes no leite humano. São proteínas que agem no sistema imunológico e funcionam como antibióticos naturais. Ou seja, intervêm preventiva e terapeuticamente no alívio do processo

lesivo decorrente da morbidade das doenças diarreicas. Pesquisadores da Universidade Estadual do Ceará (Uece), da Universidade de Fortaleza (Unifor) e da Universidade da Califórnia de Davis também participam da Recodisa.

O combate à desnutrição, que já salvou vidas de crianças das comunidades Gonçalves Dias e Parque Universitário, é também modelo a ser seguido ao redor do mundo. Com a publicação internacional dos resultados, a Fundação Bill & Melinda Gates se interessou na transferência desse modelo de pesquisa para outros países com níveis de subdesenvolvimento. Ela financiará, com US\$ 30 milhões, estudos sobre desnutrição, infecção intestinal e desenvolvimento infantil na Índia, África do Sul, Bangladesh, Tanzânia, Peru, Paquistão e Nepal.

A partir do mapeamento e do sequenciamento do genoma humano, que vem sendo desenvolvido na última década, essa pesquisa multicentro avaliará os genes de risco para

doenças diarreicas. Segundo o Prof. Aldo Lima, há um banco de dados com informações de perfis já levantados nas pesquisas anteriores. Com isso, hoje é possível, através de uma amostra de saliva, extrair informações do DNA de um adulto que antes fora atendido pela pesquisa, enquanto criança, e avaliar o genoma dessa população acometida pela diarreia e pela desnutrição.

“Isso porque começamos a notar que a doença é um pouco mais complexa do que se pensava. Há algum tempo se dizia que bastava dar comida, e não é bem assim. Tem o viés genético de cada pessoa. Do ponto de vista científico, teremos como aprimorar nuances para as quais antes não atentávamos. Esse estudo multicentros expande o modelo de pesquisa no sentido de adicionar mais conhecimentos com melhor visão temporal e já ao nível genético de microorganismos e humano”, explica Aldo Lima. ☺



# A polêmica tarefa de avaliar

*A extinção do antigo e mal visto "Provão" deu lugar a um novo sistema de avaliação institucional, o SINAES. Apesar dos avanços, parte do Movimento Estudantil ainda olha atravessado para o modelo – principalmente para o Enade, alvo de polêmica e, em alguns cursos, de boicote*

No próximo dia 8 de novembro, cerca de 550 milhões de universitários, de instituições públicas e privadas de todo o Brasil, terão os conhecimentos testados pelo Ministério da Educação (MEC). Será realizada mais uma edição do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade, que avaliará 24 diferentes cursos, em cada entidade. E embora muita gente ainda torça o nariz e opte por boicotar as provas, o Governo Federal mantém a obrigatoriedade do Exame para quem está nos primeiros e nos últimos meses da vida acadêmica.

De acordo com o MEC, o Enade é um dos instrumentos necessários para medir e garantir a qualidade do Ensino Superior brasileiro, já que procura acompanhar o desempenho dos estudantes, em relação ao que é previsto nas diretrizes curriculares do curso. Composto por 10 questões de conhecimentos gerais e 30 de conteúdo específico, aplicadas a alunos ingressantes e concludentes, o Exame também pretende checar se o resultado dos que estão finalizando a graduação é bem melhor – como deve ser – que o de alunos que estão entrando na universidade.

“A ideia do Enade é genial, porque observa o quanto a instituição contribui para a formação de seus alunos, ao longo da graduação”, afirmou o Prof. Wagner Andriola, coordenador de Avaliação Institucional da Se-

cretaria de Desenvolvimento Institucional da UFC. Estudante do último semestre de Direito, o jovem Thiago Arruda também afirma que, em tese, o Enade atende a antigas reivindicações do movimento estudantil, levantadas desde a época do polêmico e mal visto Exame Nacional de Cursos (Provão), extinto em 2004.

Mas o discurso elogioso muda de tom quando o Enade é analisado na prática. As críticas, brandas ou contundentes, variam de acordo com o segmento, e voltam-se, principalmente, para a concepção de avaliação institucional escolhida pelo MEC, que não conseguiu, apesar das mudanças, conquistar a simpatia de parte do movimento estudantil.

Muitas são as ponderações. De acordo com Thiago Arruda – que será convocado a fazer as provas em novembro, mas, de antemão, já decidiu boicotá-las – o Enade “não dá voz à comunidade universitária, não contempla a opinião dos alunos e não cria espaços de discussão sobre as condições dos cursos”. Além de ser a favor da criação de fóruns que contribuam para a construção da nota do curso, o jovem defende também que membros da sociedade civil – ONGs, sindicatos etc – possam participar da avaliação das instituições, pelo menos as mantidas com dinheiro público.

Para o aluno do oitavo semestre de Medicina da UFC e coordenador da Executiva Nacional dos Cursos de Medicina Ramom Rawache, também é questionável o fato de a prova do Enade não englobar conteúdos típicos de cada região do País. Isso porque as provas são as mesmas para todas as instituições, de norte a sul do Brasil, o que, na opinião do futuro médico, prejudica a avaliação do conhecimento dos estudantes. “O perfil epidemiológico do Nordeste é diferente do perfil do Sul, mas isso não é levado em conta”, reclamou.

## A parte de um todo

Visto, muitas vezes, como ferramenta isolada de avaliação, o Enade acaba se tornando o saco de pancadas de alguns grupos da Universidade. Entretanto, para o Coordenador de Planejamento e Ações Acadêmicas da UFC, Prof. André Jalles, a desinformação e o posicionamento ideológico são as verdadeiras causas da resistência ao Exame.

Jalles destaca que o Enade é apenas parte da teia de instrumentos utilizados pelo MEC para avaliar o nível de excelência das instituições. Acima dele, está o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado, formalmente, em abril de 2004, diante da necessidade de se controlar a qualidade dos milhares de cursos surgidos com o boom das universidades particulares no Brasil, registrado após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996.

Antes mesmo dessa data, em 1988, a Constituição da República já apontava, em seu Artigo 206, que cabe à União “garantir o padrão de qualidade” do ensino, do Infantil ao Superior. Assim, o SINAES surge como proposta de avaliação capaz de destrinchar a graduação brasileira em seus variados aspectos, diferentemente do Provão, que se detinha em um único teste aplicado aos estudantes.

Mais abrangente e complexo, o SINAES objetiva checar se os cursos funcionam com qualidade, destacar pontos positivos e, especialmente, identificar possíveis deficiências para, só então, propor soluções às instituições e cobrar resultados.

Conforme explicou Jalles, o SINAES avalia diversos aspectos da graduação: condições de oferta de curso, perfil do quadro docente, quantidade de professores doutores, mestres e com dedicação integral à instituição, qualidade da pós-graduação, além do desempenho acadêmico dos estudantes. O Enade seria responsável por observar apenas este último ponto.

Enquanto o movimento estudantil afirma que não tem espaços para manifestar sua opinião no processo de avaliação, o professor destaca que, dentro do SINAES, os universitários têm a oportunidade de responder a um questionário sócio-econômico que, além de informações pessoais (como renda familiar, estado civil etc), contém perguntas sobre a estrutura física do curso, a disponibilidade de equipamentos para aulas

práticas e o planejamento pedagógico das disciplinas.

Ainda assim, o recurso não agradou ao grupo. “Uma coisa é você responder um formulário, outra é discutir, se expressar, debater”, comparou o estudante de Direito Thiago Arruda. Em contraponto, o Prof. André Jalles lançou o questionamento: “será que não corremos o risco de ficar discutindo, discutindo, discutindo exaustivamente, sem sair do lugar? Qual a real viabilidade disso?”.

Jalles explicou, ainda, que é possível, sim, levantar debates que interfiram na avaliação e na qualidade dos cursos. Ele citou o exemplo do Departamento de Computação. Lá, segundo o professor, os estudantes do Programa de Educação Tutorial (PET) realizam, todo ano, uma avaliação docente por meio de fóruns internos, repassando as impressões e encaminhamentos do grupo aos professores. “Eles discutem formas de ensino, destacam algumas deficiências e, assim, acabam interferindo mesmo no processo, de forma muito positiva”, relatou.



André Jalles: desinformação e "posicionamento ideológico" são causas da rejeição ao Enade



### Como o MEC avalia você

Todos os aspectos verificados pelo MEC – da estrutura física aos recursos humanos – são transformados em números que, após vários cálculos estatísticos, se transformarão em indicadores. “Daí também a dificuldade, por exemplo, de você construir o conceito do curso através de discussões subjetivas, de debates e fóruns. É preciso quantificar as informações, ter objetividade”, explicou Jalles.

O SINAES é composto por três indicadores: o Conceito Enade, que leva em conta o desempenho acadêmico dos estudantes; o Conceito Preliminar de Curso (CPC), que é mais amplo e considera o Conceito Enade e mais variáveis como o questionário socioeconômico, o perfil docente e as condições de oferta do curso; e, por fim, o Índice Geral de Cursos (IGC), que conceitua a qualidade da graduação e pós-graduação da instituição. Para o cálculo desse último indicador, são utilizados os CPC's dos últimos três anos, assim como os conceitos dos programas de pós-graduação, fixados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Periodicamente, o MEC divulga os resultados desses indicadores em tabelas que explicitam as notas da universidade em cada ponto avaliado e os conceitos gerados a partir delas. É justamente nesse momento que surge mais uma crítica de grupos contrários ao Sistema: conforme opinou o estudante Ramom Rawache, existe um caráter “rankeador” na divulgação dos resultados, que favorece, segundo ele, a disputa e a competição entre faculdades particulares e públicas. “Os dados são utilizados de forma comercial, como moeda de troca e como instrumento publicitário”, reclamou.

Apesar das críticas, UP constatou que, nas planilhas divulgadas pelo MEC, contendo as notas e conceitos de cada instituição, não há ranking ou comparação entre universidades.

Ainda assim, ao ser questionado sobre esse fato, o estudante insistiu que “a forma de divulgação” é antipedagógica. O Prof. André Jalles, porém, confirmou que os números, se positivos, costumam servir como propaganda institucional. “Mas um indicador serve para apontar erros e acertos, independentemente de comparação”, ponderou.

Em setembro deste ano, foram anunciados os números do Conceito Enade e do Conceito Preliminar de Curso de todas as universidades que participaram do Exame em 2008. A UFC teve destaque em áreas como Engenharia de Pesca e Engenharia Civil, que conquistaram boas posições em relação a universidades de peso do Nordeste mas, em compensação, deixou a desejar em cursos considerados satisfatórios na Universidade, com bom perfil docente e discente.

Saíram-se mal nos índices as graduações em História e Geografia, que ficaram com o Conceito 2 no CPC. O motivo foi claro: apesar das dificuldades de ambos os cursos, pesou na nota baixa o boicote dos estudantes ao Enade.

### Por que boicotar?

“O boicote é um método. Ao contrário do que parece, nós lutamos por uma avaliação institucional, mas uma avaliação de qualidade, não nesses moldes que estão aí”. Assim o estudante Thiago Arruda explicou o porquê de boicotar as provas do Enade. “A proposta é jogar poeira nos dados do MEC, é tornar nebuloso esse resultado para forçar uma mudança de postura”, explicou. Como o Exame é obrigatório, os alunos vão aos locais de prova, mas, ao invés de responderem às questões, apenas assinam o teste e vão embora deixando as folhas em branco.

O problema é que a iniciativa pode acabar prejudicando a maior parte dos alunos. Segundo o Prof. Wagner Andriola, da SDI da UFC, “a grande massa de estudantes de um curso

não realiza o Enade. Apenas aqueles que estão ingressando e concluindo a graduação são convocados a fazer as provas. Essa minoria, com o boicote, cria problemas à maioria. É um tiro no pé, uma posição que deve ser repensada pelos alunos”, opinou.

O problema, de acordo com o especialista, é que cursos mal avaliados – embora injustamente – sofrem desvalorização profissional, prejuízos na autoestima estudantil, redução na captação de recursos do curso e da Instituição e, em casos extremos, podem deixar de existir.

Não bastasse isso, agrava a situação o fato de o MEC não levar em conta o boicote na hora de fechar a nota e o conceito dos cursos, pelo menos em tese. Por meio de sua assessoria de imprensa, o Ministério, ao ser questionado sobre como lida com essa distorção, afirmou que “é papel das instituições envolver os alunos na realização do Enade e disseminar essa idéia da cultura da qualidade na Educação Superior”.

### Punição ou preservação?

De acordo com informações do MEC, solicitadas por UP, foi anunciado, no início de setembro deste ano, o fechamento de 2.500 vagas em 78 cursos de graduação mal avaliados pelo SINAES – a grande maioria, de instituições privadas. Eis uma das principais polêmicas que cercam o modelo de avaliação instituído pelo Governo.

Por um lado, o movimento estudantil avalia que, em universidades públicas, retirar vagas ou fechar um curso é como “tirar o aparelho de um doente em coma”, já que o ideal, segundo o grupo, seria destinar mais dinheiro a cursos capengas, para que eles pudessem se recuperar.

Em compensação, para os especialistas da UFC, não há mais razões para que um curso funcione sem eficiência. “O Governo tem aportado financiamento acentuado para melhorar a qualidade da instituição. Muitas ve-



Cursos mal avaliados no Enade, em razão ou não de boicote, sofrem desvalorização e perda de recursos, podendo deixar de existir

zes, o problema é de gestão local. Eu, como coordenador, não posso montar um laboratório, mas posso ser atuante, participar de editais, sensibilizar o Reitor sobre as demandas do curso, cobrar resultado dos professores”, opinou Wagner Andriola.

Da mesma forma pensa o Prof. André Jalles. “Falta de investimento não faz mais parte da realidade. O País hoje aposta nisso. Não há mais motivos para que um curso funcione sem o mínimo de qualidade. Claro que nem sempre haverá o nível máximo de excelência, mas não há razões para termos extremos ruins. O problema é de gestão”, garantiu.

Ainda segundo Jalles, o fechamento de cursos não representa punição, mas a proteção da sociedade, que pode estar sendo ludibriada ao bancar cursos de má qualidade, que não acrescentam conteúdo aos estudantes. O caso é ainda mais dramático no caso de jovens que pagam por uma faculdade particular, que chegam a gastar grandes quantias em dinheiro por um diploma de graduação.

### A importância de uma boa avaliação

Coordenador de um dos cursos que mais se destacaram no Enade 2008 – que teve o resultado divulgado no último mês – o Prof. Raimundo Nonato de Lima, da Engenharia de Pesca, comemora a evolução do curso, que é um dos mais antigos da UFC (com 37 anos de existência). No Enade anterior, por causa do boicote, o curso teve o pior resultado do Brasil, segundo o professor. Hoje, tem a melhor nota de toda a Região Nordeste. “Os colegas de outras universidades ficaram ligando, parabenizando. O reconhecimento de que, apesar das dificuldades, estamos fazendo um bom trabalho, é gratificante”, testemunhou.

Raimundo Nonato disse que, antes das provas, visitou, junto com a Vice-Coordenadora do curso, Profª Silvana Sampaio, todas as salas de aula dos estudantes convocados para o Enade, em um trabalho de sensibilização e mobilização que acabou dando certo. “A gente percebeu um ânimo maior nos alunos, assim que saiu o resultado. É um motivo de orgulho, dá uma mexida na autoestima, sim”, relatou.

Sobre as causas que impediram a Engenharia de Pesca de ter obtido resultado ainda melhor – no formulário respondido pelos estudantes, eles destacaram que faltam equipamentos suficientes para aulas práticas e criticaram o plano das disciplinas –, Nonato disse que o curso está à espera de equipamentos solicitados em um edital para aquisição de livros e aparelhos.

Segundo o professor, mais da metade ainda está para chegar. Já sobre o planejamento das matérias, afirmou que o projeto pedagógico do curso foi amadurecido recentemente e se encontra na Pró-Reitoria de Graduação da UFC. ☺



# O NORDESTE EM PROSA, VERSO E MÚSICA

II Festival UFC de Cultura centra suas discussões e atrações artísticas sobre a Região Nordeste. O poeta popular Patativa do Assaré é o homenageado do evento que reúne debates, música, cinema, exposições e lançamentos de livros

*Meu verso é como a semente / Que nasce inriba do chão; / Não tenho estudo nem arte, / A minha rima faz parte / Das obra da criação. (Patativa do Assaré, trecho retirado da obra Cante lá, que Eu Canto cá, Ed. Vozes, 1978, RJ)*

Contagem regressiva para o II Festival UFC de Cultura, que este ano acontece de 09 a 13 de novembro, com o tema “Ecos Nordeste, Cultura e Desenvolvimento”, e homenageia Patativa do Assaré. O poeta cearense, que em março de 2009 completou 100 anos de nascimento, será lembrado em uma mostra no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC), com fotos de Tiago Santana, xilogravuras de João Pedro e curadoria e textos do pesquisador Gilmar de Carvalho (UFC).

O evento visa fortalecer a integração entre a Universidade e a sociedade, através de atividades culturais e artísticas promovidas pela UFC e abertas ao público, resultando de uma parceria entre Governo do Estado do Ceará, Prefeitura de Fortaleza, Banco do Nordeste (BNB) e Banco do Brasil, Assembleia Legislativa e Funcap. Shows culturais, seminários, apresentações de teatro de rua, lançamento de livros, oficinas de flauta, xilogravura, fotografia e cinema são algumas das atividades programadas para

movimentar a Universidade e seus visitantes durante o Festival.

Através da apresentação de produções atuais e da discussão de questões ligadas à formação da identidade cultural do nordestino, o II Festival tem por objetivo promover o resgate da história e das artes tradicionais do Estado, bem como dar visibilidade à cultura contemporânea, a partir da utilização dos espaços proporcionados pela Universidade. Como exemplo, a Casa Amarela Eusélio Oliveira sediará uma mostra cinematográfica composta por produções de novos diretores cearenses e nordestinos.

O seminário “Conhecimento e Crítica Como Impulsores do Desenvolvimento do Nordeste” traz professores, pesquisadores, intelectuais e dirigentes para discutir o desenvolvimento de nossa Região. Entre outros nomes estarão presentes, no Festival, o Presidente do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, Emir Sader, o Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, cientista político Giuseppe Cocco (UFRJ) e o Ph.D. Robert Cervero, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Califórnia. A organização do evento aguarda ainda a confirmação dos ministros José Pimentel, Juca Ferreira, Sergio Rezende e do Governador Cid Gomes, dentre outros.

Dois livros serão lançados durante o evento. O primeiro lançamento, 100 anos Patativa do Assaré, reunirá artigos acadêmicos sobre a vida e a obra de nosso mais importante poeta popular. A segunda publicação lança um olhar sobre a produção artística do pintor cearense Antônio Bandeira, também com artigos de pesquisadores de universidades do Ceará e de outros estados.

A música terá lugar cativo no Festival, em apresentações divididas entre a Concha Acústica, na Reitoria da UFC, o Bosque do Centro de Humanidades e o Campus do Pici. Grupos de importância na cena musical nordestina, como a Spok Orquestra de Frevo do Recife e o Mundo Livre, se apresentarão, dividindo lugar com grupos locais como Samba de Rosas, formado só por mulheres, e a banda Groovytown, que mistura ritmos como funk, soul e samba rock. Novos nomes da cena musical brasileira, dentre eles Daniel Gonzaga e Lucas Santtana apresentam seus trabalhos mais recentes.

O Festival, em conjunto com as secretarias de Cultura de Fortaleza e do Estado, abre espaço, ainda, para a apresentação de manifestações de cultura popular cearenses, produções realizadas nos pontos de cultura e grupos universitários. Esse mix reúne o Reizado Brincantes do Caróá, Mestre Zé Pio (bumba meu boi), Reizado Nossa Senhora da Saúde, Banda Cabaçal, Maracatu Axé de Oxóssi, Grupo Teatro Flor do Sol, de Icapuí, entre outros.

## Apresentações musicais - destaques

### Spok Orquestra de Frevo

A SpokFrevo Orquestra bebe no frevo, música vibrante, de arranjos elaborados e raízes firmes, inquestionáveis. Leva a tradição para o palco, mas não abre mão da liberdade. Inspira-se no legado jazzístico fundamental, o improvisado. Surgiu no Recife, em 2003, de experiências que remontam ao fim da década de noventa, sob a batuta de Inaldo Ca-

valcante de Albuquerque, o maestro Spok, que acumula as funções de saxofonista, arranjador e diretor musical. Spok atua à frente dos 16 músicos que compõem o grupo, uma big band de fato, com seus naipes de saxofones, trombones, trompetes, além de guitarra, contrabaixo, bateria e percussão. A estreia em disco veio em 2004, com Passo de Anjo, lançado de maneira independente. No repertório, clássicos do gênero e composições recentes mostram que o frevo é fonte inesgotável.


### Mundo Livre S.A

Hoje, o Mundo Livre é uma unanimidade na música brasileira do novo milênio. A edição especial de aniversário do primeiro ano da revista Rolling Stone Brasil, lançada em outubro de 2007, publicou uma seleção dos 100 melhores discos brasileiros de todos os tempos. Junto com Chico Science e Nação Zumbi, a Mundo Livre S/A é um dos artistas nordestinos eleitos na enquete realizada com mais de 50 especialistas. E o melhor, dois discos da banda entraram na seleção: Samba Esquema Noise (94) e Carnaval na Obra (97). As letras de Zero Quatro, líder do grupo, narrando com rara poesia assuntos tão diversos como a globalização, as desventuras do Timor Leste ou as musas de biquini branco, estão entre as melhores do pop nacional.

### Daniel Gonzaga

Filho do saudoso compositor Gonzaguinha e neto de Gonzagão, percebe-se a boa influência da família no trabalho de Daniel Gonzaga. Com personalidade própria, é possível comparar suas letras ácidas

e bem construídas às do pai. Na parte musical, Daniel herda o ritmo inconfundível do Rei do Baião e cria fusões enriquecedoras para a MPB.

Em sua música, a poesia é o grande destaque. Por vezes, seu baião dispara palavras com a velocidade de um rap e, em outras, a reflexão sobre a sociedade em que vivemos é embalada por um xote cheio de swing. O carioca Daniel Gonzaga gravou seu primeiro disco, Sob o Sol, com apenas 21 anos, tendo já naquela época alcançado notória receptividade de crítica e público. A partir de então, alternou trabalhos de música e teatro, exalando versatilidade e talento por onde passava. Gravou ainda um disco em homenagem a seu avô, no qual recriou as canções do Velho Lua à base de voz e violão. 



A Spok Orquestra de Frevo mescla o tradicional ritmo de Pernambuco ao jazz. O Mundo Livre dá sequência à cena manguebeat com letras poéticas e dançantes



# Água para não faltar, nem sobrar

A UFC é parceira dos órgãos gestores no desenvolvimento de políticas públicas para equilibrar o uso da água no Estado. Além de contribuir com pesquisa, a Universidade forma mão-de-obra qualificada para o setor

Seca, enchente, seca, enchente. Historicamente problemática, a relação do Ceará com a água é marcada por um ciclo de extremos. Basta lembrar as inundações ocorridas, até julho de 2009, por todo o Interior do Estado, para perceber o quanto a população ainda sofre, em pleno século XXI, não apenas pela falta d'água em algumas regiões, mas também pelo excesso.

Desde a década de 1980, o poder público passou a olhar com mais atenção para o setor. E, como importante parceira no desafio de melhor gerenciar os recursos hídricos, a Universidade Federal do Ceará (UFC) tem contribuído com formação de mão-de-obra qualificada e, principalmente, com pesquisas que ajudam a minimizar os efeitos dessa dramática realidade.

E não é fácil evitar as catástrofes causadas pela água, seja em período de seca ou de cheia. Segundo a Prof<sup>a</sup> Ticiania Studart, do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental (DEHA) da UFC, a variabilidade de chuvas no Ceará é uma das maiores do mundo – apenas a região Norte da Austrália seria tão imprevisível quanto a nossa.

Reside aí uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos órgãos gestores na hora de fazer planejamentos de longo prazo. Afinal, como decidir entre gastar ou economizar água se não se sabe, com precisão, o quanto irá chover no ano seguinte?

## Investigação acadêmica

Driblar a imprevisibilidade e evitar surpresas é um dos objetivos das pesquisas realizadas na UFC – tocadas, dentre outros especialistas, pelos professores Nilson Campos, Ticiania Studart e Assis Filho, todos do DEHA. Os dois primeiros buscam estudar, através da operação e controle dos reservatórios de água, a disponibilidade de recursos hídricos em longo prazo, para que não falte água para consumo humano, irrigação, indústria e nenhum outro setor da sociedade.

O Prof. Nilson Campos é autor de uma pesquisa, hoje utilizada pelos governos do Ceará e do Rio Grande do Norte, como norteador para a construção de novos açudes. Conforme ele explicou, “no passado, construíam-se reservatórios de maneira desordenada e às vezes até errada. Tinha caso em que, ao contrário do que se queria, havia maior desperdício do que uso racional da água”, relatou.

Através de várias simulações, levando em conta o tipo e o tamanho das barragens, as características da região, e as diferentes formas como a água pode ser distribuída, o professor desenvolveu, em 1987 – com outras pesquisas agregadas posteriormente –, um modelo que hoje funciona como base técnica para tomada de decisões do poder público, para a liberação ou não de uma nova barragem.

De acordo com Nilson Campos, foi também através dessa pesquisa que se descobriu que, na maioria das vezes, construir grandes reservatórios, como o açude Castanhão (o maior do Estado, capaz de armazenar até 6,7 bilhões de metros cúbicos de água), é mais eficaz que investir em vários pequenos reservatórios – tema que, até hoje, é alvo de polêmica entre especialistas. Muitos ainda acreditam que o Governo do Estado errou ao apostar no gigante Castanhão, inaugurado em 2003.

## Para superar as incertezas

Nilson Campos também tem se dedicado a estudos que buscam utilizar dados meteorológicos, oriundos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), na tomada de decisões sobre como gastar a água acumulada nos reservatórios.

O problema aí é, novamente, a imprevisibilidade e a variabilidade de chuvas no Ceará. Como não se tem certeza do volume de chuvas que cairão durante o ano, fica difícil se planejar. Hoje, as informações da Funceme já são utilizadas pelos órgãos gestores na hora de definir, juntamente com a população, onde serão empregados os recursos hídricos do Estado. Entretanto, o índice de falhas ainda é razoável.

O desafio, segundo Campos, é aperfeiçoar o uso da meteorologia a serviço do planejamento, diminuindo a ocorrência de surpresas e evitando, assim, a falta d'água e as enchentes.

Uma segunda linha de pesquisa, dessa vez envolvendo até mesmo economia e estatística, é encabeçada pelo Prof. Assis Filho. Para além dos cálculos que objetivam verificar a quantidade de água disponível no futuro, o especialista se esforça para medir o nível de racionamento necessário em cada região e traçar estratégias de uso da água.

“Se eu levar água ao irrigante x, o

FOTO: COGERH



Pesquisas realizadas na UFC embasam políticas públicas de construção e gerenciamento de reservatórios. (Acima, a represa no Castanhão; ao fundo, o açude Orós)

que acontece com a comunidade y? Com essas perguntas, a gente tenta simular diferentes cenários, para ajudar a sociedade e o governo a decidirem para onde liberar a água dos açudes”, explicou Assis.

## As populações difusas

Consideradas o calcanhar de Aquiles da política de gestão das águas no Ceará, as populações difusas também têm sido alvo de estudos na UFC. Trata-se das pequenas comunidades que se instalam em locais afastados dos centros urbanos, em casebres isolados, distantes também das adutoras e açudes que atendem à maioria da população. Por isso, essas famílias viram reféns dos carros-pipa e dos poços e cisternas, sempre ameaçadas pela falta d'água e pelo uso político desses instrumentos.

O poder público alega não haver condições financeiras de atender a contento a toda essa população, que é bastante numerosa. Segundo o Prof.

Assis Filho, somente no município de Milhã – a 300 km de Fortaleza –, foram contabilizadas mais de 80 comunidades difusas. Diante dessa dificuldade, um desafio: se não é possível deslocar todas essas famílias para as grandes cidades, como garantir o abastecimento àquelas localidades?

Na UFC, essa linha de pesquisa ainda é recente e, segundo o Prof. Assis, tem cerca de apenas dois anos. Entretanto, ele destaca que uma das saídas é pensar uma “cesta de tecnologias” baratas e complementares, adequadas à realidade de cada região. “E não é só colocar um poço e pronto. É preciso discutir formas de gerenciamento dessas ferramentas. Isso tudo requer manutenção e cuidado”, destacou.

## Mais conhecimento

O leque de linhas de pesquisa é ainda maior no DEHA. Com conceito 5 junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino



Superior (Capes), o Programa de Pós-Graduação do Departamento conta com cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Entre as áreas de interesse dos pesquisadores, estão também a de técnicas avançadas de tratamento das águas (Prof. Antônio Vieira Nunes), tratamento de esgotos domésticos e industriais (Prof. André Bezerra dos Santos), segurança de barragens (Prof. Francisco Chagas da Silva Filho), monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas (Prof. Horst Frischkorn e José Capelo Neto), otimização das redes hidráulicas (Prof. John Kenedy de Araújo), modelagem computacional de aquíferos (Prof. Marco Aurélio Holanda), gestão ambiental (Prof<sup>a</sup> Marisete Dantas), sensoriamento remoto (Prof<sup>a</sup> Renata Mendes Luna), economia e gestão de recursos hídricos (Prof. Vicente de Paulo Pereira).

#### Parceria de longas datas

A parceria entre a UFC e o Estado, na política de gestão das águas, vai muito além do desenvolvimento de pesquisas e é mais antiga do que parece. Para se ter ideia, a Universidade participou da elaboração do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Ceará (Lei 11.996 de 1992), criado antes mesmo da Lei Nacional de Recursos Hídricos, datada de 1997.

O Ceará foi o segundo do País a inaugurar um Plano como esse e, em todo o Brasil, foi o primeiro a instalar o primeiro comitê de bacia hidrográfica do Norte e Nordeste, também pensado em conjunto com a UFC. Até mesmo um órgão gestor – mais executor e operacional, vinculado à Secretaria de Recursos Hídricos – foi criado por sugestões da Universidade, em 1993. Esse órgão é a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), que hoje cuida de 131 açudes, quase 2.500 km de leitos de rios perenizados e cerca de 70 poços.

Mas, afinal, o que faz com que esse modelo de gestão inspire outras uni-



Prof. Assis Filho: pesquisas avançam para cálculo de racionamento e estratégia de uso de água por região

dades da federação? Segundo o gerente de gestão participativa da Cogerh, Ubirajara Patrício da Silva, o maior diferencial refere-se à capacidade de criar e incorporar inovações e ao forte componente participativo concretizado na criação de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e de Comissões Gestoras de Recursos Hídricos.

Os CBHs são órgãos colegiados, previstos pela Lei 11.996, com atribuições consultivas e deliberativas, com atuação na bacia ou sub-bacia hidrográfica da sua jurisdição. Os Comitês são compostos por representantes de instituições governamentais e não-governamentais. Dos 11 previstos em Lei, 10 estão implantados no Ceará.

Já as Comissões Gestoras têm o papel de promoção junto aos comitês e órgãos gestores a alocação participativa da água, a definição de critérios de uso racional, além do debate sobre a preservação ambiental dos açudes onde atuam.

Um exemplo da participação social nas decisões sobre o destino e utilização dos recursos hídricos é apontado por Silva. “Anualmente, após a quadra chuvosa, quando é verificado o volume de água que o açude recebeu, e a partir de uma reunião realizada com a participação de usuários de água, é apresentada uma simulação de cenários de operação do reservatório e definida de forma participativa a vazão que o açude vai liberar ao longo

do período seco. É ainda constituída uma comissão de acompanhamento dessa operação”.

Segundo Silva, “a UFC, principalmente o setor ligado ao estudo de recursos hídricos (Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental) foi importante na criação das condições intelectuais para a gestação do modelo no Ceará. Mais especificamente no que tange aos estudos relacionados aos modelos institucionais, percebe-se que esse conhecimento acumulado influenciou na definição do arcabouço institucional que compõe o Sistema”.

O gerente de gestão de qualidade de águas da Companhia, Disney Paulino lembra, ainda, que a grande maioria dos técnicos da Cogerh passou pelas salas de aula da UFC, seja na graduação ou na pós-graduação. “O conhecimento torna possível o melhor entendimento da hidrologia de nosso território, o melhor dimensionamento e construção de nossos reservatórios, a melhor avaliação dos riscos inerentes às nossas condições climáticas”, ressalta

Paulino aponta, no entanto, a necessidade de pesquisas mais sistemáticas na área de qualidade de águas, o que poderia ser feito através da constituição de uma rede de pesquisa envolvendo também outras universidades do Estado. ☺

Há 45 anos o Cetrede promove e desenvolve a educação para o exercício da cidadania. Sempre em sintonia com as atividades acadêmicas da Universidade Federal do Ceará, o Cetrede vem cumprindo importante papel na formação e capacitação de profissionais, socializando o saber gerado na maior e melhor universidade do Ceará.

A Revista Universidade Pública, que nesta edição chega ao quinquagésimo número, também socializa o conhecimento através da difusão da produção científica e cultural da UFC. É por isso que o Cetrede apóia a iniciativa, desde a primeira edição. Parabéns UP e, certamente, continuaremos juntos na missão de promover a educação, o saber e a cidadania.





# EUREKA!

O CAMPUS EM QUADRINHOS

ROTEIRO E  
DESENHO  
FELIPE LIMA



oficina.quadrinhos.ufc@gmail.com OFICINA DE QUADRINHOS - UFC

A ACADEMIA VAI AO CINEMA VER SUPERMAN - O FILME... E OPINA!

<p><b>FÍSICA</b></p> <p>SEGURAR UM HELICÓPTERO PELO PÉ...!?</p>	<p><b>QUÍMICA</b></p> <p>A DENSIDADE DO CORPO DELE É IMPRATICÁVEL...</p>	<p><b>GEOLOGIA</b></p> <p>MANIPULAR UMA PLACA TECTÔNICA!? FAÇA-ME UM FAVOR...</p>
<p><b>CIÊNCIA POLÍTICA</b></p> <p>A EXISTÊNCIA DE UM SUPERMAN AMERICANO PODERIA DESEQUILIBRAR O CENÁRIO POLÍTICO MUNDIAL...</p>	<p><b>JORNALISMO</b></p> <p>COMO SUPERHERÓI EU NÃO SEI, MAS A CARREIRA DELE DE COPIDESQUE ESTÁ COM OS DIAS CONTADOS...</p>	<p><b>ESTILISMO</b></p> <p>COPIDESQUE? E O COLAR AZUL DE CAPA VERMELHA? NEM EM KRYPTON ELES SE VESTIAM ASSIM...</p>
<p><b>FILOSOFIA</b></p> <p>... E O CONCEITO DE ÜBERMENSCH DE NIETZSCHE NÃO ESTÁ MUITO BEM APLICADO AQUI!</p>	<p><b>LITERATURA</b></p> <p>O RECURSO DA VOLTA NO TEMPO É PRATICAMENTE UM DEUS EX-MACHINA...</p>	<p><b>HISTÓRIAS EM QUADRINHOS</b></p> <p>MAL POSSO ESPERAR PELA CONTINUAÇÃO!!!</p>

BANCO DO BRASIL

BANCO DO NORDESTE

PETROBRAS	GOVERNO DO CEARÁ	PREF. DE FORTALEZA	FINEP
ELETRONICS	LG	FAS	UEG
SAMSUNG	SANOPI	INCRÁ	INGENDESA
ERICSSON	ROCHE	EMBRAPA	RDF
FOXCONN	BRISTOL	DNOC	CAERA
BENCHMARK	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	ADUISA	CIONE
DÍGITRO	MTE	MIND	FUNCAP
BEMATECH	MINISTÉRIO DA SAÚDE	ACHÉ	CAGECE
JABIL	SEAP	COELCE	ETUFOR
PARKS	NOVARTIS	SEBRAE	FUNCEME

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura agradece aos seus financiadores por colaborarem para a excelência da produção científica e tecnológica do Estado, através de investimentos em ensino, pesquisa, extensão e cultura, que contemplam os projetos realizados na Universidade Federal do Ceará. Por meio destes financiamentos é possível apoiar projetos como a revista Universidade Pública, que chega, nesse bimestre, à sua 50ª edição.



Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura  
www.fcpc.ufc.br



10  
ANOS



Centro  
Cultural  
Banco do  
Nordeste



CCBNB. 10 ANOS INTEGRANDO TODAS  
AS FORMAS DE ARTE COM VOCÊ.

A arte e a cultura sempre fizeram parte da vida do nordestino, um povo que dança, canta e cria como poucos no mundo. Por isso, há 10 anos, o Banco do Nordeste criou o Centro Cultural Banco do Nordeste - CCBNB. Um espaço onde a arte e a cultura da nossa Região convivem com obras de todas as partes do mundo. O resultado é um lugar onde diversas culturas se encontram e os nordestinos encontram a sua essência multicultural. CCBNB 10 anos. Você vivenciando tudo que a arte tem para oferecer.  
[cultura@bnb.gov.br](mailto:cultura@bnb.gov.br) | [www.bnb.gov.br/cultura](http://www.bnb.gov.br/cultura)

| Fortaleza-CE | Cariri-CE | Sousa-PB |

